

O banco disse que as revisões são resultado das fraquezas apontadas



Ações do Credit Suisse caem e temor se espalha

As ações do banco operaram em forte queda, após o principal acionista da instituição suíça descartar a hipótese de oferecer mais assistência financeira

As ações do Credit Suisse caíram 24,24% na quarta-feira, 15, e atingiram nova mínima histórica, refletindo preocupações crescentes de que os problemas que atingem os bancos regionais dos Estados Unidos tenham migrado para o outro lado do Atlântico. Outros grandes bancos europeus foram atingidos, com as ações dos dois maiores bancos internacionais da França, Société Générale e BNP Paribas, ambos caindo mais de 10%. As ações do alemão Deutsche Bank AG caíram 8%. Autoridades do Banco Central Europeu (BCE)

entraram em contato com bancos que a instituição supervisiona para questioná-los sobre sua exposição financeira ao Credit Suisse, segundo fontes com conhecimento do assunto. A consulta veio após a ação do Credit Suisse despencar na Bolsa de Zurique, arrastando os papéis de outros grandes bancos europeus em meio a temores de contágio financeiro. Uma portavoza do BCE se recusou a comentar o assunto. O Credit Suisse é classificado como instituição financeira "sistemicamente importante", segundo regras bancárias internacionais criadas após a falência do Lehman Brothers. **PÁGINA 5**

PETROBRAS



Ligação entre joias e venda de refinaria

PÁGINA 2

REFORMA

FPE leva a Haddad proposta de desoneração linear da folha

PÁGINA 2

QUALIDADE DE VIDA

Lula reconhece que sociedade está precisando de mais Estado

PÁGINA 6

Pressão dos custos



Votorantim Cimentos teve retração de 30% no lucro

A Votorantim Cimentos, empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis, encerrou 2022 com receita líquida global de R\$ 25,8 bilhões, aumento de 16% em relação a 2021, resultado da estabilidade no volume de vendas e da dinâmica de preços favorável em todas as regiões em que opera, que mitigaram a pressão de custos e o impacto do câmbio no período. **PÁGINA 3**

Nomeações

Câmara define comando das 30 comissões permanentes

Em meio a muitas negociações que se arrastaram até madrugada de quarta-feira (15) e terminaram com uma reunião entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e alguns líderes na manhã de quarta-feira, o desenho final das 30 comissões permanentes da Casa foi finalmente finalizado. Também foram eleitos os presidentes de cada colegiado pelos próximos dois anos. **PÁGINA 7**

Indicações



Governo usa modelo sem transparência para repasses

No toma lá, dá cá com o Congresso, o governo Lula vai começar a transferir bilhões de reais do caixa federal para aumentar a base de apoio, sem qualquer transparência. O Palácio elaborou um modelo de negociação que mantém em segredo o nome dos parlamentares que definirão para onde vão os recursos públicos que ficam sob controle dos ministros, retomando uma prática adotada por Bolsonaro. **PÁGINA 6**

IBOVESPA 102.675,45 ↓ -0,25%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MELIUIZ ON NM	1.030	+10.75%	+0.100
MRV ON NM	7.45	+7.19%	+7.19%
ELETRONAS PNB N1	36.52	+6.01%	+2.07
GRUPO NATURAON NM	13.03	+6.63%	+0.81
REDE D OR ON NM	23.770	+5.88%	+1.320

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SID NACIONALON	14.77	-6.04%	-0.95
CVC BRASIL ON NM	3.07	-11.78%	-0.41
GERDAU PN ED N1	25.60	-4.66%	-1.25
GERDAU MET PN ED N1	11.47	-4.10%	-0.49
3R PETROLEUMON NM	27.180	-3.58%	-1.010

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	81.45	-3.01%	-2.53
PETROBRAS PN N2	23.34	-1.77%	-0.42
ITAUUNIBANCOPN N1	23.64	-0.25%	-0.06
LOCALIZA ON NM	52.90	+0.74%	+0.39
BRADESCO PN N1	13.53	+1.81%	+0.24

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.874,57	-0,87%
S&P 500	3.891,93	-0,70%
NASDAQ	11.434,05	+0,052%
DAX 30	14.735,26	-3,27%
FTSE 100	7.344,45	-3,83%
IBEX 35	8.759,10	-4,37%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,294	5,294	↑ 0,07%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,026	↑ 0,47%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,601	5,603	↓ -0,78%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,380	6,382	↓ -0,31%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
319,50	USD\$ 1.920,12

CONTESTAÇÃO

Petrobras vai investigar a ligação de joias com venda de refinaria na Bahia

A Rlam foi adquirida pela Acelen, braço do fundo Mubadala por US\$ 1,8 bilhão, mas, segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Energia e Biocombustíveis, o preço ficou 50% abaixo do previsto

Anova direção da Petrobras pretende abrir investigação interna para apurar possível relação entre a venda da refinaria Landulpho Alves (Rlam), atual Refinaria Mataripe, na Bahia, ao fundo árabe Mubadala, e as joias dadas de presente pelo governo da Arábia Saudita ao ex-presidente Jair Bolsonaro, informou a Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Segundo a entidade sindical, a informação foi transmitida por fontes da Petrobras. A estatal aguardará a troca do Conselho de Administração e a posse da nova diretoria para iniciar as apurações após a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acionistas, prevista para 27 de abril.

Além disso, foi confirmada à direção da FUP que a Petrobras fará a contestação do Termo de Compromisso de Cessação (TCC), acordo firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a estatal em 2019, durante o governo Bolsonaro, determinando a venda de oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível, e a da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

"A intenção do novo comando da Petrobras de apurar o caso da venda da Rlam vai ao encontro de demanda da FUP, que, na semana passada, encaminhou denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) para que investigue possível favorecimento ao Mubadala em troca de diamantes", destaca o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar. Da mesma forma, a denúncia



Rlam: a intenção do novo comando da Petrobras vai ao encontro de demanda da FUP, que encaminhou denúncia ao MPF para que investigue possível favorecimento ao Mubadala em troca de diamantes

do acordo com o Cade faz parte do pleito dos petroleiros ao novo governo. Das refinarias listadas, três tiveram a venda concluída: Rlam (atual Refinaria de Mataripe), Six (Unidade de Industrialização do Xisto) e Reman (Refinaria do Amazonas). Ele lembra que já houve, por parte do Ministério de Minas e Energia, solicitação de entrega de documentos e suspensão do processo de privatização de ativos da Petrobras, para avaliação pela nova administração da estatal.

A Rlam foi adquirida pela Acelen, braço do fundo árabe Mubadala por US\$ 1,8 bilhão. Na avaliação do Instituto de

Estudos Estratégicos de Energia, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), o preço ficou 50% abaixo do estimado e para o BTG Pactual o valor foi 30% menor do que o esperado.

Bacelar afirma que, além do baixo preço, há elementos que justificam a abertura de apuração interna da Petrobras e do MPF, como a proximidade das datas do recebimento do presente (26 de outubro de 2021) e a venda da refinaria subavaliada (negócio anunciado no dia 30 de novembro de 2021).

Na terça-feira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, participou, no Senado Federal,

em Brasília (DF), da reunião de reinstalação da Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia. Na ocasião, além de saudar a iniciativa e desejar um bom ano de trabalho aos deputados e senadores da Frente, Prates falou brevemente aos congressistas sobre os planos para a companhia.

"Tenho cinco grandes missões no comando da Petrobras. A primeira é o desafio do pré-sal, que continua. A companhia é primordialmente produtora do petróleo brasileiro e responsável por fazer bom uso dessa receita para fazer a transição energética justa, que é nossa

segunda missão", afirmou o presidente da Petrobras. "O terceiro ponto é que a Petrobras é uma empresa brasileira, e precisa estar em todo o país. Todas as regiões têm vocações e recursos naturais e energia para a Petrobras estar presente".

A quarta missão citada por Prates é o cuidado com a força de trabalho da companhia. "Mais do que tecnologia, mais do que a pesquisa, as pessoas que fazem a Petrobras são muito importantes", ressaltou. Posicionar a Petrobras como uma empresa global, que fala de igual para igual com as outras companhias do setor de energia, foi o quinto

ponto explicado pelo presidente. "Com isso, vamos trazer investimentos para o Brasil. Muitas empresas não têm recursos em seus próprios países e estão interessadas em novas fronteiras".

A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia é formada atualmente por 27 senadores e 56 deputados. No Congresso Nacional, ela atua para uma transição energética segura, pela redução da pobreza energética, aumento dos investimentos no setor e para o aperfeiçoar o arcabouço legal que permita a expansão das fontes limpas e renováveis de energia.

DESIGUALDADE

Falta de cursos de qualificação afasta jovens do mercado de trabalho

A falta de cursos de qualificação profissional e técnica é um obstáculo para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, na avaliação de organizações da sociedade civil que trabalham nessa área.

O estudo Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras ouviu 34 entidades que atuam na inclusão produtiva de jovens. Para 67,6%, faltam oportunidades de qualificação e 58,8% acreditam que os cursos disponíveis não estão sintonizados com as vagas de trabalho existentes.

O estudo chama atenção ainda para a necessidade de promover formação em carreiras que tenham projeção de crescimento nos próximos anos. Como carreiras promissoras,

a pesquisa destaca as ligadas à economia verde, que buscam preservar ou restaurar o meio ambiente, como as funções técnicas voltadas a energia eólica e solar.

A economia criativa, com atividades artísticas e culturais, é outro eixo apresentado pela pesquisa com potencial de crescimento no futuro. É destacada também a economia do cuidado, que abrange carreiras ligadas à saúde, como enfermagem, entre outros, incluindo de instrutores físicos a empregadas domésticas. A economia digital, com profissões ligadas ao processamento de dados, programação e inteligência artificial, é mais uma possibilidade apontada.

Para 76,4% das organizações ouvidas, no entanto, os

jovens estão mal informados sobre essas possibilidades de carreira conectadas com as necessidades que estão surgindo.

"A maioria dos jovens hoje, principalmente os jovens vulnerabilizados, não conhece as carreiras de futuro. Não tem nos seus projetos de vida, nos seus sonhos, nas suas referências de bairro, pessoas que possam falar ou negócios que sejam profissões do futuro", diz a superintendente da Fundação Arymax, Vivianne Naigeborin, durante a apresentação do estudo.

Nesse cenário, 82,3% das organizações avaliam que as empresas não conseguem contratar jovens com a qualificação necessária para as vagas dispo-

níveis. Vivianne lembra, porém, que os empreendedores também têm um papel fundamental para reverter esse quadro.

"Se as empresas não olharem para o percurso de formação, não abrirem os seus ambientes para que eles se tornem ambientes propícios de aprendizagem e de trabalho, e, principalmente, se elas não trabalharem um ambiente acolhedor, de permanência, de diversidade, a gente não vai conseguir completar esse percurso."

Investir na educação pública também é fundamental para reduzir as desigualdades e garantir o desenvolvimento econômico e social, ressaltou a superintendente do Itaú Educação e Trabalho, Ana Inoue. "A gente tem no ensino

médio brasileiro, a gente tem 88% das matrículas na educação pública. Então, se a gente fizer uma política robusta de melhora da educação pública a gente vai conseguir beneficiar a maior parte dos alunos, da população e do futuro do país."

A partir da experiência em territórios vulnerabilizados, Inoue ressaltou que é preciso que haja uma oferta ampla de ensino técnico e profissionalizante. Segundo ela, atualmente, muitos jovens em idade produtiva buscam dinheiro em atividades extremamente precárias que, sequer, chegam a ser catalogadas como trabalho nos dados oficiais.

"O pessoal da periferia vai fazer trabalhos que não estão catalogados mesmo. Na favela

do Jaguaré, zona oeste paulistana, por exemplo, eles ficam em uma fila, colados no portão do Ceasa, por onde entram os caminhões, esperando os caminhões entrarem. São um monte de jovens, fortinhos, que vão descarregar caixas", exemplifica.

Inoue defende não só a ampliação da oferta de educação e formação, mas políticas afirmativas focadas em grupos mais vulnerabilizados, como a população negra, como forma de enfrentar as desigualdades estruturais.

"A desigualdade joga contra o desenvolvimento econômico e social, contra a saúde de todos nós e a saúde social. A gente vai ter uma sociedade em que as pessoas vão precisar blindar seu carro e andar com segurança, ou a gente vai querer uma sociedade onde todo mundo vai poder andar na rua e ser feliz?"

A pesquisa é uma parceria entre o Itaú Educação e Trabalho, a Fundação Arymax, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Telefônica Vivo, o Instituto Veredas e o Instituto Cíclica.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.brSERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ALTA DOS CUSTOS

Votorantim Cimentos teve queda de 30% no lucro para R\$ 1,1 bilhão

A queda é explicada pelo impacto negativo do aumento de custos no resultado operacional e maior depreciação, referente aos ativos adquiridos nos últimos anos

A Votorantim Cimentos, empresa de materiais de construção e soluções sustentáveis, encerrou 2022 com receita líquida global de R\$ 25,8 bilhões, aumento de 16% em relação a 2021, resultado da estabilidade no volume de vendas e da dinâmica de preços favorável em todas as regiões em que opera, que mitigaram a pressão de custos e o impacto do câmbio no período.

O volume total de vendas nos países em que tem operações somou 36,8 milhões de toneladas de cimento, 1% abaixo do comercializado no ano anterior. A companhia registrou lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão em 2022, 30% a menos que o apurado no exercício anterior. A queda é explicada, principalmente, pelo impacto negativo do aumento de custos no resultado operacional e maior depreciação, referente aos ativos adquiridos nos últimos anos.

"Alcançamos mais um ano de resultados sólidos por meio da disciplina na execução de nosso mandato estratégico, apesar do cenário global com alta inflacionária, aumento das taxas de juros e ainda sofrendo as consequências da guerra entre Rússia e Ucrânia. Localmente, o endividamento das famílias e a retração no crédito afetaram os investimentos em obras e reformas, que impactaram o mercado nacional de cimento. Mesmo diante desse quadro, aumentamos nossos investimentos concentrados em melhoria de competitividade, ampliamos e lançamos novos negócios e expandimos nossas operações em mercados importantes, como a Espanha. A companhia segue mais forte e resiliente, estando mais bem preparada para as oportunidades e desafios", diz Osvaldo Ayres Filho, diretor de operações da Votorantim Cimentos.

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado atingiu R\$ 4,9 bilhões no ano passado, queda de 6% na comparação com o exercício anterior. Já a Margem EBITDA foi de 19% em 2022, redução de 5 pontos percentuais em relação a 2021 devido aos impactos inflacionários da conjuntura internacional nos custos da companhia. A Votorantim Cimentos encerrou



No ano passado, os investimentos da companhia em expansões, modernização e sustentação do negócio (Capex) somaram R\$ 2 bilhões, crescimento de 36%

2022 com alavancagem, medida pela relação dívida líquida/EBITDA ajustado, de 1,55x, o melhor resultado em mais de dez anos. A companhia chegou ao final de 2022 com saldo de caixa no valor de R\$ 4,9 bilhões, uma sólida liquidez suficiente para cumprir com as suas obrigações financeiras para os próximos quatro anos.

"Mantivemos a alavancagem no mesmo patamar de 2021, reforçando nossa disciplina financeira, viabilizando o aumento de investimentos, o pagamento de dividendos e as aquisições em um ano com aumento de custos relevantes. A empresa ainda executou diversas operações de liability management, melhorando o seu perfil de endividamento e mantendo suas métricas financeiras alinhadas com os indicadores de grau de investimento e em conformidade com a política financeira da companhia", afirma Bianca Nasser, diretora financeira global da Votorantim Cimentos.

No ano passado, os inves-

timentos da companhia em expansões, modernização e sustentação do negócio (Capex) somaram R\$ 2 bilhões, crescimento de 36% em relação a 2021. Entre esses investimentos estão projetos atrelados a melhoria de competitividade, aos compromissos de descarbonização da companhia e a nova operação de moagem e expedição de cimento na cidade de Minas, no Uruguai.

Em novembro, a Votorantim Cimentos concluiu a aquisição das operações da Heidelberg Materials no Sul da Espanha, que incluem uma moderna fábrica integrada de cimento localizada na cidade de Málaga, três mineração de agregados e 11 usinas de concreto na região da Andaluzia.

Outro destaque do ano foi o anúncio da nova meta de descarbonização aprovada pelo Science Based Target initiative (SBTi). A nova meta global, de 475 kg de CO2 por tonelada de cimento, é 8,7% menor que a meta anunciada em seus Compromissos de Sustentabilidade

para 2030, que era de 520 kg de CO2 por tonelada de cimento, e representa também uma redução de 24,8% em relação ao ano base de 2018.

Com o novo compromisso público, a Votorantim Cimentos nivela suas metas de redução de emissões à ambição do Acordo de Paris que visa conter o aquecimento global abaixo de dois graus Celsius dos níveis pré-industriais e também buscar esforços para limitar o aumento da temperatura até 1,5°C. Em 2022, a empresa atingiu 579 kg de CO2 por tonelada de cimento.

O volume de emissão é 3% menor que o comparado a 2021, quando o índice foi de 597 kg de CO2 por tonelada de cimento. Ao todo, a companhia registra uma redução de 24% nas emissões de CO2 desde 1990. A Votorantim Cimentos recebeu da Sustainability o reconhecimento de Top-Rated Ranking da Indústria referente à performance de análise de rating ESG de 2022, sendo a única empresa do setor de materiais de cons-

trução da América Latina a estar presente no ranking.

Em mais uma iniciativa alinhada com sua estratégia de descarbonização, a Votorantim Cimentos assinou um Termo de Engajamento com a InvestSP, agência paulista de promoção de investimentos e competitividade, para estudos relacionados ao projeto de modernização da fábrica em Salto de Pirapora (SP), município localizado a cerca de 120 km da capital paulista.

A InvestSP apoiará a companhia nas tratativas do estudo de viabilidade e na implementação do projeto, principalmente no relacionamento junto aos órgãos oficiais e seus agentes no Estado de São Paulo. O projeto prevê a modernização da linha de produção da fábrica de cimento, em diferentes fases, tendo como um dos principais objetivos elevar o índice de substituição térmica da unidade e reduzir as emissões de CO2, alinhado com os compromissos de sustentabilidade de longo prazo da Votorantim Cimentos.

REVISÃO

AGU revoga regras sobre a utilização de precatórios

A Advocacia-Geral da União (AGU) revogou portaria de dezembro do ano passado que regulamentava os procedimentos que deveriam ser observados para a utilização de precatórios em pagamentos para órgãos e entidades públicas federais. A decisão, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de quarta-feira, 15, porém, não é conclusiva sobre o uso de precatórios no pagamento de outorgas de concessões, situação que afeta diretamente o leilão da sétima rodada de aeroportos, que licitou Congonhas e outros terminais em agosto de 2022.

Pela portaria publicada na quarta, a AGU resolve criar um grupo de trabalho para elaborar uma nova regra sobre o assunto dentro de 120 dias. "O objetivo da revisão é conferir mais segurança jurídica ao procedimento", alega a AGU.

Sobre a sétima rodada de aeroportos, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, disse na segunda-feira, 13, que o andamento das tratativas sobre as outorgas do leilão está suspenso até que a AGU conclua se o governo terá ou não de aceitar precatórios como forma de pagamento. Na semana passada, França afirmara que a posição do governo era de não aceitar precatórios nos leilões de aeroportos.

O uso do instrumento para pagamento de outorgas de concessões, assim como de débitos relativos a compra de imóveis públicos e quitação de dívidas com o governo, foi autorizado pela PEC dos Precatórios, promulgada em 2021. Contudo, a falta de maior regulamentação sobre o assunto gera desde então várias dúvidas no setor de infraestrutura. A sétima rodada de concessões aeroportuárias foi realizada em agosto do ano passado, quando a previsão da PEC dos Precatórios para o pagamento de outorgas já estava valendo. Com isso, empresas disputaram o certame com essa possibilidade no radar.

A AGU publicou em sua página na internet um ponto a ponto para esclarecer eventuais dúvidas diante da revogação da regulamentação anterior. Quanto ao questionamento sobre se os precatórios poderão ser aceitos como pagamento de outorgas de concessões enquanto a regulamentação é revista, a AGU recomenda aos órgãos do governo que aguardem a nova norma por uma questão de "maior segurança jurídica". "A decisão sobre o recebimento dos precatórios para essa finalidade caberá a cada órgão ou entidade federal com base na previsão constitucional existente. O órgão ou entidade deverá, ainda, avaliar se as condições da licitação permitiriam o pagamento sem infringência da igualdade do certame. A recomendação da AGU, no entanto, é de que aguardem a regulamentação a ser realizada por meio da nova portaria, fato que garantirá maior segurança jurídica para a decisão do gestor".

Dentre outros argumentos, a AGU explica que a revisão se dá porque foi verificado que a portaria apresenta pontos divergentes em relação a outras regulamentações relevantes sobre o assunto, como a editada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) também em dezembro.

Além disso, a AGU diz que a norma ficou desatualizada, uma vez que foi baixada antes de outras que trataram do assunto, como atos do então Ministério da Economia e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Adicionalmente, há informações públicas de que, nos próximos dias, o Conselho da Justiça Federal (CFJ) deverá apresentar um modelo de padronização dos aspectos necessários para composição da Certidão de Valor Líquido Disponível, procedimento necessário para garantir a liquidez dos precatórios", completa.

ACESSO FACILITADO

Começa o prazo para declarar o Imposto de Renda deste ano

A declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023 já pode ser feita pelo contribuinte desde o horário das 9 horas de quarta-feira, 15. O prazo para este ano será estendido até 31 de maio.

A Receita Federal liberou desde 9 de março o programa do IR para download. Para baixá-lo, basta entrar no site oficial do órgão no seguinte endereço na internet: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/centrais-de-contenido/download/pgd/dirpf>

A plataforma está disponível para os sistemas de computador Windows, MacOS, da Apple, e Linux. Para o celular, é possível baixar o aplicativo em versões android e iOS.

É possível ainda realizar a declaração de maneira online por meio do E-CAC, sistema

de Receita Federal. Se o contribuinte optar por essa funcionalidade, não será necessário realizar download de nenhum programa (nem no computador, nem no celular).

O acesso poderá ser feito por meio de senha no Gov.br, do governo federal.

A Receita Federal preparou algumas novidades para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Uma das mais importantes é em relação ao prazo de entrega, que começa em 15 de março, vai até 31 de maio. A prorrogação até maio deve se tornar padrão, conforme sinalizou o Fisco recentemente.

Para a declaração em si, houve uma alteração em relação à obrigatoriedade. Antes, o contribuinte que operava em Bolsa de Valores já estava obri-

gado a prestar contas. Agora, estão sujeitos à declaração apenas quem realizou operação de alienação em Bolsa, de mercadorias, futuros e assemelhadas, com soma superior a R\$ 40 mil ou com apuração de ganhos líquidos sujeita à incidência de imposto.

Outra alteração é a possibilidade de autorização de acesso, que permitirá que um contribuinte "terceirize" a declaração para outro CPF.

Historicamente, o período de transmissão de dados à Receita Federal ficava restrito a março e abril. Desde a pandemia de covid-19, em 2020, porém, a data limite vem sendo alterada. A diferença, desta vez, é que o período prolongado já é conhecido desde o início do prazo.

Desta forma, para 2023, o

seja locador de imóvel -, entre outras informações.

O segundo "fura-fila" é a utilização do Pix como método para recebimento da restituição. Disponível desde a declaração do ano passado, o Pix, agora, também contará como critério para prioridades - também respeitando as prioridades legais.

A chave a ser utilizada neste caso será obrigatoriamente o CPF, para mitigar quaisquer chances de erros, já que o CPF também estará presente na declaração do contribuinte.

A declaração pré-preenchida existe para facilitar a vida do contribuinte na hora de declarar o Imposto de Renda Pessoa Física, já que, por meio dessa opção, é possível puxar dados automaticamente da base da própria Receita Federal.

Mas essas facilidades não eximem o contribuinte da responsabilidade de verificar todas as informações, corrigir o que estiver, eventualmente, errado, e avisar, se possível, a fonte do informe de rendimentos se alguma informação precisar ser alterada.

TRANSIÇÃO

FPE leva a Haddad proposta de desoneração linear da folha

Bertaiolli relatou o compromisso de Haddad em não alterar o Simples Nacional, mas cobrou a correção do teto do regime

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) levou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma proposta de desoneração linear e definitiva da folha de pagamento para todos os setores, como uma forma de compensar o aumento da tributação do setor de serviços - um dos maiores entraves à reforma tributária. A FPE é composta por 230 parlamentares (189 deputados e 41 senadores).

"O ministro Haddad foi de uma abertura gigantesca com a FPE. Dissemos que, com a desoneração da folha de pagamentos, há possibilidade de equilibrar reforma tributária. Nossa proposta é de uma transição, desonerando gradualmente a folha de salários e aumentando a calibragem do IVA dos serviços", afirmou o presidente da Frente, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), após o encontro.

O governo, por outro lado, gostaria de abordar os descontos na folha somente após a mudança na tributação do consumo, atrelando o benefício à tributação de dividendos na reforma dos impostos sobre a renda.

Bertaiolli lembrou que a atual desoneração da folha para 17 setores da economia se encerra no fim do ano. "O



Haddad: governo tratará os descontos na folha, após a mudança no consumo

governo sabe que terá dificuldades em não renovar a desoneração da folha. O justo é que todos os setores sejam beneficiados", completou.

O deputado também relatou o compromisso de Haddad em não alterar o Simples Nacional na reforma tributária, mas cobrou do ministro a correção do teto do regime. Em 2016, a última atualização fixou o limite

de R\$ 4,8 milhões de faturamento anual, mas nem todos os Estados aderiram a esse valor. "A Fazenda vai estudar as premissas. Defendemos a atualização pelo IPCA, que elevaria o teto do Simples para R\$ 8,3 milhões. O ministro não se comprometeu, mas ficou de estudar a questão", acrescentou.

A FPE ainda levou à equipe da Fazenda a preocupação com

o chamado "contrabando digital" de produtos chineses que seriam subtaxados na entrada no País. "São oito cargueiros por semana de produtos da China subfaturados, com valor abaixo de US\$ 50, dividindo uma mesma compra em vários pacotes para escapar da tributação. São bilhões de reais não arrecadados", concluiu.

O deputado federal e membro da FPE Danilo Forte (União-CE) também participou do encontro e reforçou, na seara tributária, a defesa por uma política de combate à evasão fiscal para garantir compensação em eventuais mudanças na cobrança de impostos.

"Essa evasão fiscal se dá em diferentes segmentos do comércio internacional, na questão dos aplicativos de jogos, de apostas, volume de recursos é muito grande e não pagam nada de imposto no País", disse ele aos jornalistas.

O parlamentar afirmou ainda que a própria desoneração da folha pode ser compensada pelo combate à evasão fiscal, além da redistribuição de alíquotas.

O senador e também membro da FPE, Esperidião Amin (PP-SC), reforçou que a reforma tributária, no entanto, não depende apenas do governo e do Congresso. "Nenhum de nós vai votar divorciado do seu município ou da economia da sua região", explicou.

ORÇAMENTO APERTADO

Inadimplentes crescem e chegam a 65 milhões



O volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 7,49%

O número de inadimplentes no País voltou a crescer em fevereiro, chegando a 65,45 milhões de pessoas devedoras, alta de 0,47% em relação a janeiro, de acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Segundo o estudo, 40,28% dos brasileiros estavam negativados em fevereiro.

Na comparação com fevereiro de 2022, o volume de consumidores com contas atrasadas cresceu 7,49%, enquanto o número de dívidas em atraso avançou 17,41%. Na passagem de janeiro para fevereiro deste ano, o número de dívidas apresentou alta de 1,32%.

"Em um cenário econômico difícil, com taxa de juros e inflação altas, o orçamento das famílias acaba ficando mais apertado e a inadimplência infelizmente é o resultado para muitos consumidores", alerta o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior.

O número de devedores com participação mais expressiva em fevereiro está na faixa etária de 30 a 39 anos (23,88%), segundo o estudo. São 16,24 milhões de pessoas registradas em cadastro de devedores nesta faixa, o equivalente a 47,57% do total

deste grupo etário. No recorte de gênero, a inadimplência é de 50,97% entre as mulheres e de 49,03% entre os homens.

"Nosso indicador aponta que 88% das pessoas negativadas no mês de fevereiro são reincluídas, por isso as políticas públicas visando a diminuição do número de inadimplentes devem ser amplas para terem efetividade", avalia o especialista em finanças da CNDL Merula Borges. "Caso envolvam apenas o problema da negativação em si, a tendência é que o consumidor retorne à situação de inadimplência", complementa.

Em média, a dívida por consumidor negativado em fevereiro era de R\$ 3.895,09 e a inadimplência era para 2,04 empresas credoras. Os dados do estudo ainda mostram que três em cada dez consumidores (32,49%) tinham dívidas de valor de até R\$ 500, percentual que chega a 46,98% para as dívidas de até R\$ 1.000.

Na leitura do mês, a CNDL destaca a evolução das dívidas com o setor bancário, que registrou crescimento de 28,98%, e as relacionadas à água e luz (13,27%). Por outro lado, apresentaram queda no total de dívidas em atraso os débitos com o setor de comunicação (-10,41%) e comércio (-4,62%).

Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Reforma Tributária em pauta na CNC



Na última terça-feira, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou em Brasília (DF) evento para apresentação de documentos da Agenda Institucional do Sistema Comércio 2023, com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, além de parlamentares do Congresso Nacional, empresários e lideranças sindicais. No total, o evento contou com mais de 800 participantes. Alckmin falou sobre a diferenciação de alíquotas setoriais na reforma tributária. "Não precisamos ter uma alíquota só. O governo vai propor várias alíquotas para não penalizar o setor (de serviços), que é fundamental para a geração de empregos. O Brasil precisa crescer, gerar empregos e renda", afirmou Alckmin. O vice-presidente também destacou a criação do programa Desenrola para renegociar dívidas e reduzir a inadimplência.

AMM chega a 790 municípios afiliados

O município de Monjolos, que fica na região central do estado de Minas Gerais, é o mais novo filiado da Associação Mineira de Municípios (AMM). Com a adesão, a instituição chega ao número de 790 membros, o que demonstra a força da AMM e o trabalho dedicado da diretoria e da equipe da instituição. A filiação foi efetivada em visita do prefeito do município à sede da AMM, em Belo Horizonte, no último dia 10. Os municípios afiliados e adimplentes com a AMM têm acesso a inúmeros serviços e benefícios para auxiliar na administração nos municípios.

Câmara Italiana do Rio abre representação no Ceará

A Câmara Italo-Brasileira de Comércio e Indústria, sediada no Rio de Janeiro, será representada no Ceará pelo delegado Vittorio Ghia. No mês de fevereiro, Ghia esteve na sede da Câmara, na capital fluminense, e participou de um treinamento com a Diretora Executiva da Câmara, Maira Segura. O dirigente da representação cearense aproveitou a ocasião para se reunir com diversos representantes do sistema Itália no Brasil, potencializando sinergias e realizando forte networking para o estado do Ceará.

Novo comando da Itaipu Binacional sinaliza desmilitarização da maior estatal elétrica do país

A usina hidrelétrica de Itaipu Binacional terá novo comando. Nesta quinta-feira (16), o ex-deputado Enio Verri (PT-PR) toma posse para o cargo de diretor-geral da Estatal. Entre as autoridades, estarão o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. A demora na troca do comando tinha se tornado uma saia-justa no governo, já que o antigo diretor, o vice-almirante Anatalício Risten foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e ligado ao ex-ministro Bento Albuquerque, que protagonizou o escândalo das joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões que seriam presente para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e foram retidas no Aeroporto de Guarulhos em outubro de 2021. Verri assume o cargo de diretor-geral Itaipu Binacional pelo lado brasileiro às vésperas da renegociação do tratado entre Brasil e Paraguai que permitiu a construção da usina de 14 mil megawatts (MW) de potência.



ESG é tema de palestras para industriais do Distrito Federal

A Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) sediou no dia 9 palestra sobre ESG nas indústrias. Intitulada Sustentabilidade: Uma Agenda Estratégica e Inadiável, a apresentação foi conduzida pela jornalista e radialista Sonia Consiglio, especializada no assunto. O encontro reuniu industriais e representantes de startups e de entidades, além de integrantes do corpo técnico da Fibra, do Serviço Social da Indústria do DF (Sesi-DF) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do DF (Senai-DF).

Em visita à Fiesp, Nísia Trindade defende fortalecer indústria da Saúde

A ministra da Saúde esteve na última sexta-feira na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista. Ela falou sobre a importância do papel da Saúde para a indústria e economia do país. "Consideramos como um dos três complexos econômicos capazes de dinamizar e reconstruir em novas bases a economia nacional. Saúde não precisa ser vista como dispêndio de gastos, mas principalmente como uma possibilidade de contribuir para o desenvolvimento", afirmou Nísia Trindade em evento que pode ser visto na íntegra no canal da entidade no YouTube.

Firjan Caxias reúne empresários para orientações sobre eSocial e Reforma Tributária

A última reunião do Conselho Empresarial da Firjan Caxias e Região, realizada nesta terça-feira (14). Assuntos amplamente debatidos entre os empresários, a reforma tributária, que altera os impostos sobre o consumo e a nova versão do eSocial, para a modernização da fiscalização do trabalho, pautaram o encontro. Especialistas da federação falaram sobre o tema para representantes de segmentos como panificação, logística, petroquímica, alimentos, têxtil e metal mecânico.



CONTROLES INEFICIENTES

Ações do Credit Suisse sofrem forte queda e espalham temor pela Europa

Autoridades do Banco Central Europeu (BCE) entraram em contato com bancos que a instituição supervisiona para questioná-los sobre sua real exposição financeira ao Credit Suisse

As ações do Credit Suisse caíram 24,24% na quarta-feira, 15, e atingiram nova mínima histórica, refletindo preocupações crescentes de que os problemas que atingem os bancos regionais dos Estados Unidos tenham migrado para o outro lado do Atlântico. Outros grandes bancos europeus foram atingidos, com as ações dos dois maiores bancos internacionais da França, Société Générale e BNP Paribas, ambos caindo mais de 10%. As ações do alemão Deutsche Bank AG caíram 8%.

A queda nos preços de títulos e ações do Credit Suisse indica que "os investidores julgam que este banco precisa ser resgatado", disse Joost Beaumont, chefe de pesquisa bancária do banco holandês ABN Amro.

"Se os reguladores não lidarem bem com a situação do Credit Suisse, isso causará ondas de choque em todo o setor", disse. "Para piorar a situação, ambos os lados do Atlântico têm problemas bancários."

Autoridades do Banco Central Europeu (BCE) entraram em contato com bancos que a instituição supervisiona para questioná-los sobre sua exposição financeira ao Credit Suisse, segundo fontes com conhecimento do assunto. A consulta veio após a ação do Credit Suisse despencar na Bolsa de Zurique, arrastando os papéis de outros grandes bancos europeus em meio a temores de contágio financeiro



As ações do banco Credit Suisse operaram em forte queda, após o principal acionista da instituição suíça descartar a hipótese de oferecer mais assistência

Uma porta-voz do BCE se recusou a comentar o assunto. O Credit Suisse é classificado como instituição financeira "sistemicamente importante", segundo regras bancárias internacionais criadas após a falência do Lehman Brothers.

Essa designação exige que o banco detenha quantidades maiores de capital e mantenha planos para uma liquidação ordenada de suas operações caso venha a ter problemas.

Os principais reguladores do Credit Suisse estão na Suíça, mas por contar com operações na Europa, no Reino Unido, na Ásia

e nos EUA, o banco suíço também é monitorado de perto por autoridades locais.

As ações do banco Credit Suisse operaram em forte queda na manhã de quarta-feira, após o principal acionista da instituição suíça, o Saudi National Bank (SNB), da Arábia Saudita, descartar a hipótese de oferecer mais assistência financeira à instituição.

"A resposta é absolutamente não, por muitas razões além da razão mais simples, que é regulatória e estatutária", disse o presidente do SNB, Ammar Al Khudairy, em entrevista à Bloom-

berg TV.

Logo no início da manhã (de Brasília), o papel do Credit Suisse chegou a ter queda de 10% na Bolsa de Zurique.

Na terça-feira, 14, o Credit Suisse havia dito ter identificado "fraquezas significativas" na divulgação de resultados financeiros dos últimos anos em função de controles internos ineficientes.

No relatório anual de 2022, o banco suíço disse que sua liderança, incluindo o CEO Ulrich Körner e o diretor financeiro Dixit Joshi, que começaram a trabalhar na instituição no ano passado, concluiu que seus contro-

les não são eficientes.

Apesar das falhas, o Credit Suisse disse que suas demonstrações financeiras "representam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira consolidada do grupo".

O Credit Suisse teve de adiar seu relatório anual na semana passada, por conta de questionamentos da Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM dos EUA) sobre fluxos de caixa de 2019 e 2020, que foram revisados no relatório anual de 2021.

No documento divulgado

na terça, o Credit Suisse disse que as revisões são resultado das fraquezas apontadas e que pode haver outras distorções relevantes.

O banco suíço enfrenta uma grande crise de desconfiança, com resultados ruins, desde o ano passado.

No final de julho, anunciou que reformularia seu banco de investimento e sairia de alguns outros negócios para se tornar uma instituição mais enxuta e menos arriscada, após desastres financeiros que incluíram um golpe de US\$ 5,1 bilhões em 2021 do cliente Archegos Capital Management.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que está acompanhando com sua equipe a crise no banco suíço Credit Suisse. Questionado por jornalistas se ele havia entrado em contato com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para falar sobre o assunto, ele sinalizou positivamente.

O fato de que o principal acionista do Credit Suisse, o Saudi National Bank, descartou dar mais assistência financeira ao banco suíço detonou na quarta-feira nova onda global de aversão ao risco.

Na segunda-feira, 13, Haddad disse que acompanhava os desdobramentos do fechamento do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank, os maiores bancos americanos a quembrarem desde a crise de 2008.

O ministro relatou ter entrado em contato com Campos Neto no fim de semana para debater o tema.

CONTÁGIO

Bolsas da Europa caem, em meio ao caso do Credit Suisse

Os mercados acionários europeus fecharam em forte queda, reagindo às turbulências causadas pelo Credit Suisse, após o principal acionista do banco suíço descartar a possibilidade de novos aportes na instituição.

Em Londres, o FTSE 100 caiu 3,83% a 7.344,45 pontos, enquanto o índice DAX, em Frankfurt, fechou em baixa de 3,27%, a 14.735,26 pontos. O CAC 40, em Paris, cedeu 3,58%, a 6.885,71 pontos, e o FTSE MIB, em Milão, fechou em baixa de 4,61%, a 25.565,84 pontos. Já em Madri, o índice Ibex 35 baixou 4,01%, a 8.792,07 pontos. Na Bolsa de Lisboa, o PSI 20 caiu 2,77%, a 5.812,87 pontos. As cotações são preliminares. Em Frankfurt, o Deutsche Bank caiu quase 10%, enquanto o Barclays teve baixa quase 9%, em Londres. Na capital francesa, o Société Générale cedeu mais de 10%.

Depois que o Saudi National Bank (SNB) descartou a possibilidade de oferecer assistência financeira ao Credit Suisse, as ações do banco tombaram e levaram outros grandes nomes do setor. Segundo fontes do The Wall Street Journal, o Banco Central Europeu (BCE) entrou em contato com bancos europeus para questionar quão expostos as instituições estão ao Credit Suisse. Na Suíça, a ação do banco desabou 24%.

A movimentação financeira ocorre um dia antes da decisão de juros do Banco Central Euro-

peu (BCE) e, segundo a Capital Economics, poderá ter implicações na decisão de política monetária da instituição. Entretanto, a consultoria britânica avalia que o BC europeu deverá manter o plano de alta de 50 pontos-base (pb) em suas taxas.

O mercado europeu também foi influenciado pelo mau humor das bolsas de Nova York, que amargaram perdas após a publicação do índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês).

A produção industrial da zona do euro avançou 0,7% entre dezembro e janeiro e ficou acima do esperado, mas não foi suficiente para melhorar o ânimo nas bolsas europeias. O Instituto Ifo divulgou avaliação na qual prevê recuo de 0,1% na economia da Alemanha em 2023 e expansão de 1,7% em 2024.

As bolsas asiáticas, ao contrário, fecharam em alta na quarta-feira, à medida que ações de bancos em Wall Street, em Nova York, recuperaram-se na terça-feira em meio a expectativas de que riscos de contágio do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank tenham sido contidos.

Liderando o movimento na Ásia, o Hang Seng avançou 1,52% em Hong Kong, a 19.539,87 pontos, enquanto o sul-coreano Kospi subiu 1,31% em Seul, a 2.379,72 pontos, o japonês Nikkei teve alta marginal de 0,03% em Tóquio, a 27.229,48 pontos, e o Taiex mostrou leve valorização de 0,18% em Taiwan, a 15.387,59 pontos

Na China continental, o dia foi de ganhos apenas moderados, após a divulgação de uma série de dados econômicos locais: o Xangai Composto subiu 0,55%, a 3.263,31 pontos, e o menor abrangente Shenzhen Composto avançou 0,26%, a 2.081,26 pontos.

Na terça, as bolsas de Nova York tiveram um pregão de recuperação vigorosa, graças principalmente a ações do setor bancário, que reverteram parte das fortes perdas que haviam acumulado na esteira da falência do SVB e do Signature Bank.

A avaliação, por enquanto, é que os riscos de uma crise mais ampla no sistema financeiro dos EUA são reduzidos, após reguladores em Washington terem se mobilizado rapidamente, no fim de semana, para garantir os depósitos de clientes dos dois bancos quebrados.

Investidores da região asiática também digeriram dados chineses de indústria e varejo, que mostraram recuperação no primeiro bimestre deste ano, mas em ritmo mais fraco do que o esperado.

Já o PBoC, como é conhecido o banco central da China, deixou importantes taxas de juros inalteradas na quarta, sugerindo que suas principais taxas de referência continuarão intocadas na próxima semana.

O PBoC anunciou a injeção de 481 bilhões de yuans (US\$ 70 bilhões) em liquidez no sistema bancário, por meio da linha de crédito de médio prazo.

REFORMAS

Economia verde pode mudar toda a arquitetura financeira

Em evento com Banco Europeu de Investimento, o vice-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Bo Li, disse que é hora de passar do discurso às ações abandonando fontes fósseis de energia para atender as necessidades dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento que precisam do financiamento climático.

Ele participou do Primeiro Fórum do Banco Europeu de Investimento, EIB, realizado em Luxemburgo. O evento debatem os desafios da mudança climática e do financiamento para mitigar o problema em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Segundo Li, 2023 será mais um ano difícil na economia global. De acordo com o Panorama Econômica Mundial do FMI, o crescimento global deve cair de 3,4%, registrado no ano passado, para 2,9%.

E na zona do euro, a queda será ainda mais pronunciada. De 3,5% em 2022 para 0,7% com uma expectativa modesta de 1,6% em 2024. E quando o tema é segurança energética, o Fundo espera que as preocupações permaneçam na Europa.

Por isso, é importante que o mundo realize a chamada transição para a economia verde, abandonando os combustíveis fósseis a favor de fontes renováveis de energia como a energia eólica e solar.

O vice-chefe do FMI lembra que as ondas de calor na Europa e os incêndios florestais na Amé-

rica do Norte são um forte sinal de que é preciso fazer mais. Ele citou ainda as secas na África e as enchentes na Ásia, todos sinais do desastre climático nos cinco continentes.

E sem uma redução drástica das emissões de dióxido de carbono, a situação só deve piorar. Bo Li afirma que é preciso cortar as emissões de 25% a 50% até 2030, se comparado aos níveis de 2019 para conter a subida da temperatura entre 1,5° C a 2° C.

Pela análise do FMI, as metas atuais mostram que apenas 11% seriam produzidos, ou menos de metade do mínimo de corte necessário.

Para Bo Li, o financiamento para alcançar os objetivos de adaptação e mitigação está na casa dos trilhões de dólares anuais até 2050.

Mas até o momento, apenas US\$ 630 bilhões por ano foram garantidos. E deste total, apenas uma fração vai para os países em desenvolvimento.

Para o Fundo Monetário Internacional é preciso focar em políticas que possam redirecionar os fluxos de investimento de projetos altos em carbono para oportunidades mais apropriadas ao meio ambiente.

A segunda prioridade é criar capacidade, as condições para se chegar às metas. Uma delas é fortalecer o gerenciamento público-financeiro sobre os projetos do clima para legisladores que possam implementar as reformas necessárias.

O mundo ainda enfrenta

uma escassez grande de dados de qualidade e de confiança que estejam harmonizados com os padrões para alinhar os investimentos aos objetivos do clima. Um outro ponto são infraestruturas financeiras que possam catalisar programas de assistência para apoiar a criação de novos mercados para o financiamento do clima, além de facilitar a adoção desses princípios e as melhores práticas internacionais em mercados emergentes.

E por último, Bo Li propõe mecanismos financeiros inovadores para retirar instrumentos de risco e gerar uma base de investidores mais ampla.

Para ele, vencer essas barreiras é uma questão de mudança de mentalidade tanto do setor público como do privado, além de instituições multilaterais que possam renovar a arquitetura financeira para que mais financiamento privado seja atraído para os projetos do clima.

O vice-chefe do FMI vê as sinergias entre os setores público e privado como chaves para o sucesso dessa estratégia.

Uma das propostas são os títulos verdes que podem abrir recursos vastos de investidores internacionais e que utilizem recursos públicos limitados.

Para o órgão, uma mistura de finanças pode ter um papel importante para arrebatar investidores públicos e privados.

Bo Li conta que o combate à mudança climática está no coração da agenda de trabalho do FMI.

BASE DE APOIO

Governo Lula usa modelo sem transparência para repasses

O documento não estabelece nenhuma medida para tornar público quem serão os congressistas atendidos pelas verbas controladas pelo novo governo

No toma lá, dá cá com o Congresso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai começar a transferir bilhões de reais do caixa federal para aumentar a base de apoio, sem qualquer transparência. O Palácio do Planalto elaborou um modelo de negociação que mantém em segredo o nome dos parlamentares que definirão para onde vão os recursos públicos que ficam sob controle dos ministérios, retomando uma prática amplamente adotada no orçamento secreto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

No começo do mês, três ministros do governo assinaram portaria para estabelecer como vai ser o processo de pagamento de emendas parlamentares - verbas indicadas por deputados e senadores para suas bases eleitorais e repassadas pelo Executivo em troca de apoio político no Legislativo.

O documento não estabelece nenhuma medida para tornar público quem serão os congressistas atendidos pelas verbas controladas pelo governo. Além disso, Lula vetou uma proposta que identificava parte dos recursos de maior interesse dos parlamentares e permitia um nível de acompanhamento dos repasses.

Parte do montante é o espólio do orçamento secreto, derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Inclui ainda outras verbas incluídas pelos parlamentares no Orçamento de 2023. No total, Lula terá até R\$ 100 bilhões para negociar, dos quais R\$ 16 bilhões foram incluídos na peça orçamentária a pedido de representantes do Centrão, que pressionam Lula a liberar o dinheiro.

São verbas para bancar, por exemplo, pavimentação de ruas, construção de rodovias, compra de tratores e manutenção de postos de saúde. Durante o funcionamento do orçamento secreto, parlamentares escolhidos a dedo pelo governo Bolsonaro promoveram compras com indícios de sobrepreço, contratação direcionada de empresas de amigos e familiares dos políticos e concentração de recursos em redutos do Centrão. Em dezembro, o Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional.

Parte da premissa do orçamento secreto foi ressuscitada na portaria assinada pelos ministros Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). O documento entregou a Padilha o poder de centralizar a negociação com o Congresso de verbas controladas diretamente pelo Executivo, sem necessidade de equidade na divisão dos recursos ou transparência na indicação.

A fonte dos recursos é o dinheiro que alimentou o esquema de Bolsonaro, mas que fora transferido para outra rubrica orçamentária, chamada de RP2 - antes era RP9.

Com Bolsonaro, a negociação sobre quem teria acesso ao dinheiro estava exclusivamente nas mãos de um grupo de parlamentares, entre eles o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Agora, a decisão terá de passar pela pasta de Padilha. O que não significa que Lira perdeu força. Como comanda a pauta da Câmara e do Centrão, as negociações passarão obrigatoriamente por ele.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por exemplo, tem R\$ 2 bilhões para obras, que vão desde a compra de tratores até a pavi-



O documento entregou a Padilha o poder de centralizar a negociação com o Congresso de verbas controladas diretamente pelo Executivo

QUALIDADE DE VIDA

Lula: sociedade precisa cada vez mais de ajuda do Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quarta-feira, 15, que a sociedade brasileira precisa de mais Estado, o que, em sua visão, interfere na qualidade de vida dos cidadãos. Ao citar a violência, em especial a policial e de gênero, o chefe do Executivo disse que a necessidade mais política significa que há menos Estado.

"Quanto mais polícia você necessita, significa que menos Estado você tem", declarou, em evento de lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), na quarta-feira, 15, no Palácio do Planalto. De acordo com ele, o Estado está presente com a saúde, educação, cultura, lazer e "em tudo aquilo que a sociedade precisa para viver".

Lula citou que há uma imagem ruim da polícia no Brasil e, assim, como o povo tem "medo" da polícia, e ela também tem medo do cidadão. "Mais importante que prender o cidadão, é saber o que esse cidadão vai fazer quando estiver preso e for solto", disse. Segundo ele, se não for dado a um jovem de 18 anos a esperança quando for preso, ao sair da cadeia o cidadão sairá "pior do que entrou".

"O Estado brasileiro não pode continuar omissão aos problemas da sociedade", disse, citando a importância de "salvar" a periferia e não aceitar a violência contra mulher. Em mais aceno ao combate à violência de gênero, ele pontuou que tal violência não está apenas restrita à periferia, mas existe também na classe média.

O presidente também destacou a diferença de trato policial nas diferentes clas-

ses sociais. "O que precisamos é mudar o papel do Estado brasileiro."

Lula participou de uma megasolenidade no Palácio do Planalto de lançamento do novo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas). No evento, o governo petista anuncia a entrega de 270 viaturas policiais para Estados que foram compradas por meio de licitação feitas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Desde o início do mês, o ministro da Justiça, Flávio Dino, vinha alardeando a ação na área de segurança em suas redes sociais. O anúncio também foi propagandeado pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República. Os veículos serão destinados para ações de segurança contra violência perpetradas contra as mulheres. Mas o governo Lula omite que as viaturas foram compradas pela gestão do antecessor.

Durante o evento, Dino chegou a brincar que não precisará pedir ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para a liberação de recursos para a compra de novos veículos. O governo pretende entregar mais 230 viaturas até o fim deste ano. O ministro, contudo, não informou à plateia no Palácio do Planalto que os carros já foram comprados e estão sob posse da União aguardando apenas a destinação.

A gestão do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, que se encontra preso por suspeita de envolvimento na tentativa de golpe de 8 de janeiro, fez uma concorrência em dezembro do ano passado para comprar as viaturas policiais. No total, o pre-

ço envolveu aquisições no valor de R\$ 338 milhões na compra de uma frota de 2806 veículos.

Os 270 veículos das marcas Toyota, Chrysler e Fiat entregues na quarta passaram por uma fábrica para serem convertidos em viaturas policiais e já receberam a logomarca do governo petista e do programa recriado Pronas. Segundo Dino, embora os veículos tenham sido adquiridos pela gestão passada, o Ministério da Justiça não pretende desfazer a licitação.

O presidente teve também um almoço com o almirante do Comando da Marinha. A reunião marca um gesto de Lula aos militares, relação que ficou estreitada com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, em Brasília, na invasão às sedes dos Três Poderes. Desde então, criou-se uma desconfiança em relação aos militares, que cultivavam estreita relação com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Dias antes de ser nomeado comandante do Exército por Lula, o general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva afirmou que a vitória do petista nas urnas foi "indesejada" para "a maioria" dos fardados, mas "infelizmente" ocorreu. As declarações foram feitas em 18 de janeiro e vieram a público no último dia 28.

No encontro, foram apresentados os campos de atuação do Poder Naval e os programas estratégicos da Marinha, com ênfase no Programa Nuclear da Marinha (PNM) e no Programa de Submarinos (PROSUB). Além disso, também foram tratados o cronograma de entregas de novos meios e a situação orçamentária da Força.

administração pública, com relação a proponentes, órgãos federais envolvidos e ritmo de execução e de liberação de recursos", destacou Padilha.

O Planejamento, comandado por Tebet, disse que os ministros não são obrigados a seguir a indicação de parlamentares para as verbas do RP2.

Questionado como será dada transparência e como garantir que a negociação não repita o orçamento secreto, a pasta respondeu: "As dotações classificadas com RP2, oriundas ou não de emendas, são executadas pelos órgãos sem o requisito de observância de indicações parlamentares.

ODEBRECHT

Fabio Rodrigues - ABR



Lewandowski: ação comprometida

Lewandowski trava cinco ações da Lava Jato

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu cinco ações penais abertas na esteira da falecida Operação Lava Jato com base em provas obtidas a partir do acordo de leniência da construtora Odebrecht, declaradas inválidas pela Segunda Turma da Corte.

A decisão atende pedidos de alvos emblemáticos da extinta força-tarefa: o ex-senador Edison Lobão, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Pinheiro da Silva, o suposto operador financeiro do ex-governador do Paraná Beto Richa, Jorge Atherino, e o advogado Rodrigo Tacla Duran.

De saída do STF, aposentadoria marcada para maio, Lewandowski estendeu aos antigos investigados da operação a medida que beneficiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em decisão posteriormente confirmada pela Segunda Turma do STF, o magistrado anulou, em 2021, provas produzidas contra o petista no acordo de leniência entre a Odebrecht e o Ministério Público Federal.

A avaliação do ministro é que o acervo de provas estaria comprometido porque as negociações da extinta força-tarefa com a Odebrecht foram instruídas pelo então juiz Sérgio Moro, também responsável pela homologação do acordo.

Nos despachos, Lewandowski explicou a 'imprestabilidade' dos elementos de prova obtidos a partir do acordo de leniência da Odebrecht. Segundo ele, 'a própria cadeia de custódia e a higidez técnica dos elementos probatórios obtidos pela acusação por meio dessas tratativas internacionais encontra-se inapelaavelmente comprometida'.

Uma das ações agora travada se debruça sobre suposta corrupção no contrato das obras da Usina de Belo Monte. Nesse processo constam como réus Lobão, seu filho Márcio, sua nora Marta e outros dois acusados. A denúncia relata supostos pagamento ilícitos, entre 2011 e 2014, no valor de R\$ 2,8 milhões, por intermédio do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, a famosa 'máquina de propinas' da empreiteira.

Já o processo sobre o almirante Othon Pinheiro da Silva, ex-presidente da Eletronuclear, apura crimes ligados à construção do Estaleiro e Base Naval da Marinha em Itaguaí, no Rio. O Tribunal de Contas da União apontou sobrepreço de R\$ 406 milhões na obra.

Na lista de processos travados há ainda uma ação que envolve Jorge Atherino - suposto operador financeiro do ex-governador do Paraná Beto Richa - em tramitação na Justiça Eleitoral do Paraná e também um procedimento na 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba que envolve Rodrigo Tacla Duran, advogado que trabalhou para a Odebrecht.

mentação de ruas. Os parlamentares escolhidos pelo governo Lula poderão dizer em que cidade irão aplicar os recursos como "pagamento" por votarem a favor do governo. Também foram reservados R\$ 54 milhões para abastecimento de água no sertão de Alagoas, reduto de Lira.

A procuradora Élda Graziane, do Ministério Público de Contas de São Paulo, disse que a portaria do governo Lula restabelece o orçamento secreto. "Não vejo uma mudança de um modelo para outro, eu vejo uma continuidade, com um regime híbrido para frustrar a decisão do Supremo e manter tudo exatamente igual", afirmou

a procuradora. "Há uma fortíssima tendência de a execução repetir o que foi o orçamento secreto, que é liberar o dinheiro sem aderência ao planejamento, de forma discriminatória, sem transparência em relação aos beneficiários e escolhendo o beneficiário sem nenhum filtro".

O Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional por se tratar de um esquema sem transparência, sem planejamento, que concentrou recursos em redutos eleitorais sem equilíbrio regional e envolveu desvios. Lula criticou o mecanismo durante a campanha eleitoral, classificando o modelo como uma "excrecência".

A assessoria de Padilha afirmou que a destinação dos recursos para a rubrica RP2 segue uma decisão do Congresso "em conformidade com o padrão da Lei Orçamentária adotada há muitos anos". O governo prometeu dar transparência aos atos, mas, questionado pela reportagem, não apontou onde o cidadão poderá consultar os nomes dos parlamentares beneficiados pelos recursos.

"Até o momento, ainda não houve empenho de nenhum valor nessa rubrica. No futuro, ao serem empregados, esses recursos cumprirão critérios técnicos e seguirão absolutamente todos os padrões de transparência da

QUEDA DE BRAÇO

Câmara define comandos das trinta comissões permanentes da Casa

O PL, partido do ex-presidente Bolsonaro e principal legenda de oposição ao governo, saiu fortalecido com cinco colegiados. A sigla terá o comando da Comissão de Fiscalização e Controle

Em meio a muitas negociações que se arrastaram até madrugada de quarta-feira (15) e terminaram com uma reunião entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e alguns líderes na manhã de quarta-feira, o desenho final das 30 comissões permanentes da Casa foi finalmente finalizado. Metade delas (15) foi instalada pela manhã. Também foram eleitos os presidentes de cada colegiado pelos próximos dois anos. A outra metade será instalada até quinta-feira (16).

Na queda de braço por espaço, o PL, partido do ex-presidente da República Jair Bolsonaro e, consequentemente, principal legenda de oposição ao governo, saiu fortalecido com cinco colegiados. A sigla terá o comando da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, que será presidida pela deputada Bia Kicis (DF). Entre outros temas, a comissão vota iniciativas relacionadas ao acompanhamento e à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na administração federal em geral, além de representações e relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU).

Dono da maior bancada da Casa, com 99 parlamentares, o PL também vai comandar as comissões de Saúde, Esporte e Previdência Social. Após uma disputa acirrada com o União Brasil, o Partido Liberal conquistou ainda a relatoria da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que ficará com o deputado Luiz Carlos Motta (SP). Considerada uma das mais importantes do Congresso Nacional, por ser responsável pela votação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a cada dois anos, a CMO reveza a presidência entre a Câmara e o Senado Federal. Neste ano, caberá ao Senado o posto de presidente do colegiado, que ficará com a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB).

Depois do PL, a federação formada por PT-PCdoB-PV conquistou mais comandos de comissões: quatro. Uma delas, a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante da Casa, que será presidida pelo

APREENSÃO



Lira: "o marco do saneamento disponibiliza que o privado participe dessas negociações"

Lira pretende debater uma série de ajustes na Lei do Saneamento

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), indicou na quarta-feira, 15, que, como líder da Casa, estaria disposto a debater ajustes no Marco Legal do Saneamento. A reabertura da discussão da lei no Congresso, que aprovou o marco em 2020, causa apreensão em parte do setor, especialmente o privado.

A declaração de Lira foi dada durante evento promovido pelas associações que reúnem as concessionárias de água e esgoto, a Abcon, que lançou na quarta na Câmara a agenda legislativa de 2023. Uma das pautas da Abcon é justamente evitar ajustes na lei do setor, movimento que considera prematuro.

"As coisas andavam nas costas do Estado, marco do saneamento disponibiliza que o privado participe dessas negociações, e essa lei precisa ser aprimorada, algumas distorções ainda acontecem na execução prática das concessões, e a vontade sempre do Parlamento é fazer lei que atenda a todos. O Brasil é muito peculiar em encontrar soluções, (vamos) trabalhar para que corrija e evite judicialização como acontece no meu Estado", disse Lira, que se mostrou incomodado com uma situação envolvendo a BRK e a prestação de serviços em Alagoas. A concessão de água e esgoto no Estado foi tocada pelo então governador e hoje ministro dos Transportes, Renan Filho - filho de Renan Calheiros. Os dois políticos dos Lira e dos Calheiros tradicional-

mente rivalizam no Estado alagoano. "Partindo da minha Casa queria tentar ajustar essa lei", citou Lira.

Representando o ministro das Cidades no evento, o número 2 da pasta, o secretário executivo Hildo Rocha, também não descartou a reabertura da lei no Congresso. "Pode-se dizer que não vai mudar a lei porque ela é nova, eu participei (da elaboração da lei), mas tem alguma coisa que podemos melhorar, tem. Sempre tem. Mas se for para ser modificada é para melhor. Ministro Jader (Filho) entende, ele é empresário, tem feito as considerações necessárias, para garantir a segurança do mercado, no investimento do saneamento", afirmou Rocha, segundo quem não haverá nenhuma modificação para "pior". "Precisamos do capital privado para alcançar universalização. Nenhum país conseguiu universalização sem ajuda da iniciativa privada", disse.

Diretor executivo da Abcon, Percy Soares reforçou a posição da entidade, que entende ser prematuro alterar a lei. "Temos sempre levado a posição de que o texto aprovado nesta casa é muito jovem para ser alterado em seus pilares. Essa é uma posição nossa", disse Soares.

No documento lançado na quarta, a Abcon afirma que qualquer tentativa de rediscussão do Novo Marco trará "grande impacto para os usuários e as políticas públicas já em andamento, em contraste com o sucesso da nova legislação para o setor".

petista Rui Falcão (SP).

O União Brasil ficou com a presidência de três colegiados. Já o PP, MDB, PSD e Republicanos estarão no comando de dois colegiados cada, enquanto os demais partidos ficaram com uma comissão cada.

Por causa do número menor de suas respectivas bancadas Novo, Pros, PTB, PSC, Patriota

não levaram nenhuma presidência da comissão.

A federação formada pelo PT, PV e PCdoB ficará com as comissões de Constituição e Justiça (CCJ); Trabalho; Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e Finanças e Tributação. O PCdoB presidirá a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o PV, a de Defesa

dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PSD ficará com a Comissão de Viações e Transportes e com o colegiado de Ciência e Tecnologia. O União Brasil ficará com a Educação, Integração Nacional e Minas e Energia. O PP, de Arthur Lira, comandará as comissões de Agricultura e Cultura.

Ao MDB caberá o comando

das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. O PSB ficará com a Comissão de Indústria e Serviços e o Republicanos com a de Comunicação, além da Defesa do Consumidor.

Já o PDT foi contemplado com o Desenvolvimento Econômico, enquanto a federação formada por PSDB e Cidadania

terá a Comissão de Relações Exteriores.

No caso da federação formada por PSOL e Rede, o comando será o da Comissão de Povos Originários. O Avante controlará a Comissão de Administração e Serviço Público, o Solidariedade, a Comissão de Legislação Participativa e o Cidadania, a de Direitos da Mulher.

INVESTIGAÇÃO

Moraes revoga afastamento de Ibaneis Rocha do governo do DF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira, 15, a revogação do afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Ele estava afastado desde 9 de janeiro, após os atos golpistas que culminaram na invasão e depreciação das sedes dos três Poderes.

Na decisão, Moraes aponta que não estão mais presentes os requisitos para a manutenção da medida cautelar. O governador é alvo de investigação no STF por suspeita de omissão em relação aos ataques de 8 de janeiro. De acordo com o magistrado, não há risco de que o retorno à função pública do governador possa comprometer a investigação ou causar a repetição dos atos investigados.

"Os Relatórios de Análise da Polícia Judiciária relativos ao investigado não trazem indícios

de que estaria buscando obstaculizar ou prejudicar os trabalhos investigativos, ou mesmo destruindo evidências", afirmou Moraes na decisão. A Procuradoria-Geral da República já havia se manifestado a favor da revogação do afastamento.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo também para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o pedido para obrigar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

A notificação é praxe. O ministro já cobrou e recebeu informações preliminares da Advocacia do Senado e agora vai aguardar o parecer da PGR para tomar uma decisão.

O Supremo Tribunal Federal tem entendido que a abertura de CPI não depende da

vontade dos presidentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Os ministros vêm reafirmando o posicionamento de que, uma vez cumpridos os requisitos constitucionais, como o mínimo de assinaturas e a indicação de um fato concreto a ser investigado, não há margem para engavetar os pedidos.

Quem acionou o STF foi a senadora Soraya Thronicke (União-MS). Ela afirmou ontem em reunião 42 assinaturas, de parlamentares em exercício, para instalar a CPI. O regimento interno exige o apoio de no mínimo um terço dos senadores, o que corresponde a 27 assinaturas.

Pacheco resiste a criar a comissão. Ele afirmou ontem ao Supremo que não abriu a CPI porque o pedido foi feito em janeiro e o regimento interno do Senado proíbe que as investigações parlamentares se estendam por mais de uma legislatura.

PEDIDO DE VISTA

STJ adia definição sobre lugar que tramitará o caso de Castro

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou mais uma vez a definição sobre onde deverá tramitar o caso que tem como alvo o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Ele é investigado por suposta participação em esquema de desvio de verbas da Saúde quando era vice-governador do estado.

O novo adiamento se deu por um pedido de vista (mais tempo de análise) da ministra Nancy Andrighi. O prazo regimental para devolução é de 60 dias. O caso voltou a ser julgado na quarta-feira (15) na Corte Especial do STJ. Até a nova interrupção, o placar estava 5 a 1 a favor de que o caso permaneça no STJ. Falta o voto de mais cinco ministros.

Até o momento, votou a favor da remessa dos autos para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) somente o relator do processo, ministro

Benedito Gonçalves.

Antes, Gonçalves havia proferido decisão monocrática enviando os autos para a primeira instância da Justiça Federal, devido à perda de foro privilegiado do principal investigado no caso, o ex-governador do Rio Wilson Witzel.

Com o início do julgamento pela Corte Especial, o relator mudou de posição, passando a votar para que o caso seja enviado para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em razão do foro por prerrogativa de função do deputado estadual André Ceciliano (PT), também investigado.

No caso de Castro, Gonçalves argumentou que os delitos pelos quais ele é investigado foram supostamente cometidos quando era vice-governador, cargo que não possui foro no STJ.

Segundo a votar, o ministro Luís Felipe Salomão abriu

divergência. Para ele, a investigação sobre o caso deve ficar no STJ porque os fatos investigados ocorrerão durante a mesma gestão em que Castro posteriormente foi empossado governador, devido ao afastamento de Witzel.

Salomão propôs o estabelecimento de uma tese para casos similares, segundo a qual: "Compete ao STJ, para os fins preconizados pela regra do foro por prerrogativa de função, processar e julgar governador em exercício que deixou o cargo de vice-governador durante o mesmo mandato, quando os fatos imputados digam respeito ao exercício das funções no âmbito do Poder Executivo estadual".

A divergência foi acompanhada pelos ministros Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Francisco Falcão.

MARÇO AZUL

Internações por câncer de intestino batem recorde no País

Os registros de internação no Brasil trazem números alarmantes: 768.663 hospitalizações apenas no SUS para o tratamento da doença entre 2013 e 2022

Em média, 265 brasileiros são internados diariamente no Sistema Único de Saúde (SUS) por complicações graves relacionadas ao câncer de intestino, também conhecido como câncer colorretal. O número, identificado ao longo de 2022, atingiu o maior patamar da década, conforme levantamento da Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva, da Sociedade Brasileira de Coloproctologia e da Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG).

De acordo com as entidades, os registros de internação trazem números alarmantes: 768.663 hospitalizações só no SUS para o tratamento da doença entre 2013 e 2022. Já os dados de mortalidade decorrentes desse tipo de câncer indicam que, somente em 2021, foram registrados 19.924 óbitos. Os casos aumentam, em média, cerca de 5% a cada ano, sendo que houve crescimento de 40% em relação aos casos registrados em 2012 (14.270).

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) projeta em 45.630 o número de novos casos de câncer de intestino no Brasil para o triênio de 2023 a 2025. Se tais projeções se confirmarem, de acordo com as entidades, a doença alcançará contingente superior a 136 mil pessoas no país. Segundo o Inca, o risco estimado é de 21,10 casos por 100 mil habitantes, sendo 21.970 entre homens e 23.660 entre mulheres.

"Apesar de pouco discutida, a doença – que atinge o reto e intestino – já ocupa lugar de des-



Cirurgia: a orientação é que, a partir dos 45 anos, todos devem avaliar a saúde do intestino. Cerca de 90% dos casos de câncer têm origem a partir de um póliplo

taque entre as neoplasias mais letais para homens e mulheres no Brasil", alertam as associações médicas. O diagnóstico de câncer colorretal, entretanto, não é sentença de morte. Se não for bem tratado, pode, de fato, ter consequências sérias para o bem-estar do paciente. Mas, quanto mais cedo for descoberto, maior a possibilidade de intervenção e cura.

A orientação é que, a partir dos 45 anos, todos devem procurar um médico para avaliar a saúde do intestino. Cerca de 90% dos casos de câncer de intestino têm origem a partir de um póliplo, tipo de lesão na mucosa do intestino que pode se transformar em câncer. Em uma colonoscopia, por exemplo, esses pólipos podem ser retirados, prevenindo a doença.

Em casos de histórico de família, é importante que a avaliação seja feita antes mesmo dos 45 anos.

Outro alerta é que pessoas com doenças inflamatórias intestinais, como retocolite ulcerativa e doença de Crohn, têm risco aumentado para o câncer de intestino. Parte desses pacientes pode não apresentar qualquer tipo de sintoma

nas fases iniciais da doença – daí a importância dos exames diagnósticos.

Apesar da pandemia de covid-19 – período em que baixou o número de internações decorrentes de outras doenças – 2022 registrou aumento nas hospitalizações para tratamento de câncer de intestino em 21 estados brasileiros. O maior aumento proporcio-

nal aconteceu em Mato Grosso, onde a quantidade de internações passou de 917 em 2020 para 1.385 em 2022 – um salto de 51%.

Ao longo da série histórica, em valores absolutos São Paulo aparece como o estado com mais registros: 178.355 hospitalizações. Na segunda posição figura o Paraná, com 108.296 ocorrências. Logo depois, aparecem Minas Gerais (105.441 casos), Rio Grande do Sul (78.140 casos) e Santa Catarina (48.995 casos).

Ao logo de todo este mês, as associações médicas envolvidas no levantamento divulgam uma campanha nacional de conscientização e prevenção do câncer de intestino chamada Março Azul. Em 2023, com o slogan "Saúde é prevenção. Cuide de você, evite o câncer de intestino", os especialistas chamam a atenção dos brasileiros sobre a necessidade de conjugar prevenção, diagnóstico e tratamento precoces.

A proposta é investir em ações de prevenção e evitar que pacientes precisem ser internados. A campanha destaca que existem métodos diagnósticos de menor complexidade e que podem ser oferecidos de forma sistematizada pelo SUS para rastrear pacientes mais propensos a desenvolver a doença. Quando alterações no reto e no intestino são diagnosticadas em estágios iniciais, há possibilidade de intervir precocemente e prevenir uma evolução desfavorável.

Por apresentar poucos sinais em estágios iniciais, o câncer de intestino deve ser rastreado periodicamente em homens e mulheres, a partir dos 45 anos de idade. Essa investigação acontece, basicamente, por meio da realização de dois exames: a pesquisa de sangue oculto nas fezes e a colonoscopia.

Como formas de prevenir o surgimento de novos casos, as entidades alertam para o combate ao tabagismo, ao alcoolismo, ao sedentarismo, ao consumo excessivo de carnes vermelhas e a dietas pobre em fibras. Todos os fatores são considerados de risco para o desenvolvimento do câncer colorretal. Mais informações podem ser obtidas no site da campanha.

FRAUDES

Idec alerta para os cuidados com os vazamentos de dados

Na data em que se comemora o Dia Mundial do Direito do Consumidor (15 de março), as instituições que atuam na área apontam os desafios relacionados à proteção e à prevenção do vazamento de dados pessoais dos consumidores. De acordo com o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o vazamento ocorre tanto quando uma empresa não consegue proteger os dados que estão sob seus cuidados até quando há um ataque externo, malicioso, para conseguir essas informações.

Segundo a advogada e especialista em telecomunicações e dados digitais do Idec, Camila Leite, as empresas e o poder público são responsáveis tanto pelo armazenamento quanto pelo vazamento das informações. Ela explicou que essa obrigatoriedade de garantir a segurança, já existia antigamente com as legislações anteriores, mas, a partir de 2020, com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o nível de proteção foi aumentado.

Para ela, a LGPD complementa um mecanismo que já estava esboçado no Código de Defesa do Consumidor (CDC), que protege os consumidores de maneira transversal com muitos de seus princípios podendo ser aplicados ao tratamento de dados. "O CDC também é aplicável ao mundo digital, mas a LGPD



A gravidade dos vazamentos está especialmente relacionada a fraudes, que pode gerar a inscrição em algum cadastro

consolida esses direitos, e o objetivo dela não é bloquear o fluxo de dados, e sim ter melhor tratamento para proteger os titulares. É uma relação muito forte com a vulnerabilidade do CDC."

A gravidade dos vazamentos está especialmente relacionada a fraudes. Por exemplo, o vazamento de dados de informações sobre data de nascimento, CPF e nome pode gerar a inscrição em algum cadastro que a pessoa não teria feito. Um dos riscos é a possibilidade de fraude bancária. O receio é especial-

mente relacionado à questão do impacto financeiro. De qualquer maneira ter os dados da pessoa vazados já é um problema por si só, porque eles deveriam ser protegidos.

De acordo com a especialista, caso ocorra um incidente relacionado a dados, a empresa é obrigada a notificar a Autoridade Nacional de Proteção Digital (ANPD), como determina a LGPD. Em seguida, pode ser aberto um processo administrativo, com imposição de sanções, dependendo do tipo de

incidente. "Mas, de qualquer maneira, existe a obrigação de notificação tanto para a ANPD quanto para as pessoas afetadas. Isso tem prazos específicos, de maneira que as pessoas consigam saber o que está acontecendo para se precaverem."

Com relação às fraudes financeiras, é possível conferir no site do Banco Central se foi feito algum financiamento, por exemplo. Da mesma maneira o titular do documento deve notificar as autoridades responsáveis, se conhecer a origem do

vazamento de dados, precisa dar conhecimento à empresa que vazou. "É preciso acionar desde o Procon até o Juizado Especial Cível, que chamamos de pequenas causas, para que isso seja revertido. O ideal também é fazer um boletim de ocorrência para tentar se precaver. Se for prejudicado, entre na justiça", orienta a advogada.

Entretanto, Camila alerta que todo esse processo pode ser demorado e causar muita dor de cabeça, porque a reversão e a comprovação de que as operações não foram feitas pelo titular dos dados é bastante complexa. "O consumidor, que é o elo mais fraco, corre o risco temporário de pagar por compras e financiamentos que não fez. A comprovação é complexa, é possível, mas pode se prolongar no tempo. Então, é por isso que é muito importante termos uma cultura forte de proteção de dados no Brasil."

Segundo Camila, para evitar que os dados pessoais sejam vazados, é preciso redobrar os cuidados, para que o vazamento não seja decorrência da própria atuação. Como prevenção, o ideal é ter senhas seguras e seguras, misturando números e caracteres, evitar usar a mesma senha em mais de um site e ativar a verificação em duas etapas.

"Também é recomendável conferir o Registro do Banco Central, para saber se algum dado seu foi usado para obter financiamentos. Inscrever-se em sites de benefício social a que se tem direito para que outra pessoa não faça em seu nome. Tem que ficar claro que a culpa não é do consumidor, mas temos que saber como nos precaver", diz a especialista.

A advogada ressalta que no país não há uma central de reclamações sobre vazamento de dados, além da ANPD, que é um canal exclusivo para as empresas e poder público notificarem os incidentes. "Mesmo assim, não há dados publicados. Essa é uma boa provocação porque precisamos ter uma central sobre essas informações para conseguirmos controlar e entender qual está sendo a dinâmica no Brasil", defende.

Para o coordenador jurídico do Procon-Fortaleza, Airton Melo, a ANPD, mecanismo criado para funcionar como um regulador, poderia já disponibilizar ferramentas para que os órgãos de proteção e defesa do consumidor pudessem ficar familiarizados com as questões bem específicas da LGPD.

"Quanto mais informações de maneira didática possam ser distribuídas, maior o acervo do consumidor e maior a propagação desses direitos inerentes a essa legislação."

Melo destacou que, pelo fato de ser uma legislação recente, deve haver uma ampla divulgação para esclarecer as informações para as pessoas que disponibilizam dados, o consumidor de forma geral. Para ele, à medida que as pessoas buscam exercer a sua cidadania em relação àquilo que está na norma, a lei se torna mais fortalecida.

"Se eu tenho uma lei e um traçado que me garantem sigilo das minhas informações, não propagação, havendo essa cautela e essa familiarização do cidadão, automaticamente, essa questão se fortalecerá com o tempo, como ocorreu com o Código de Defesa do Consumidor", finaliza.

LOCAL HISTÓRICO

Biblioteca Parque do Rio comemora 150 anos como referência cultural

Inaugurada pelo então Imperador Dom Pedro II, em 1873, o equipamento de cultura já mudou de endereço e nome e enfrentou até um incêndio. Sediada na Avenida Presidente Vargas, é a maior biblioteca pública do estado

Inaugurada pelo então imperador Dom Pedro II, em 1873, a Biblioteca Parque do Rio de Janeiro já mudou de endereço e de nome, enfrentou incêndio e fechamento. Contudo, foi revitalizada e, na quarta-feira (15), completa 150 anos como uma das referências culturais do centro da cidade do Rio.

Segundo o superintendente de Leitura e Conhecimento da Secretaria Estadual de Cultura, Yke Leon, a Biblioteca Parque é mais do que um lugar para encontrar e ler livros.

“A Biblioteca Parque Esta-

dual, aqui do centro, é a maior biblioteca pública do Rio de Janeiro. É também um equipamento que hoje abriga a Secretaria de Cultura do estado. A casa da cultura do estado é esta biblioteca. E nesse equipamento hoje, nós criamos uma sala de dança, um estúdio de música, laboratórios ligados à economia criativa, teatro, auditório. E tudo isso está à disposição da sociedade”.

Localizada atualmente na Avenida Presidente Vargas, a principal da região central, ao lado do Campo de Santana, a biblioteca foi concebida em 15 de março de 1873, como uma proposta assinada pelo então

presidente da Câmara Municipal do Rio, Antonio Barros Pedrosa.

Com o nome de Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, o espaço, no anexo do Arquivo da Câmara, só começaria a funcionar, em dezembro do ano seguinte, um ano e nove meses depois de sua criação. Depois disso, ainda passaria a funcionar na escola Orsina da Fonseca e em instalações próprias na mesma rua, no bairro da Tijuca, na zona norte.

Em 1943, finalmente mudou-se para seu atual endereço. Um incêndio destruiu parte do prédio e do acervo em 1984, o que fez com que

um novo edifício precisasse ser erguido.

O prédio atual foi inaugurado em 1987 e fechado novamente em 2008 para passar por reformas, quando ficou fechado por seis anos, até que fosse reinaugurado em março de 2014.

Nesses 150 anos, mudou de nome várias vezes: Biblioteca Municipal do Distrito Federal, Biblioteca Estadual da Guanabara, Biblioteca Pública Estadual e Biblioteca Estadual Celso Kelly. Em 2014, por fim, ganhou o nome atual, de Biblioteca Parque do Rio de Janeiro.

Em comemoração ao ses-

centenário, a Biblioteca Parque promove uma série de eventos. Na quarta-feira à tarde, por exemplo, haverá uma roda de conversas sobre a importância das políticas voltadas para bibliotecas públicas e comunitárias.

O espaço terá ainda eventos com Ruy Castro (no dia 20), Flávia Oliveira (no dia Oliveira e 21) e o músico Frejat (no dia 22).

“A Biblioteca Parque é a casa da cultura porque ela respira cultura e transmite cultura para quem dela consome e ela frequenta”, afirmou Leon.

Também foi lançado o edital Literatura Resiste, uma chamada pública que tem por

objetivo financiar até 110 propostas de fomento à cadeia literária no estado. Serão investidos R\$ 5,5 milhões para viabilizar a continuidade de projetos literários que já existem (contaço de histórias, oficinas, concursos literários, saraus, publicação de livros em coleções literárias existentes entre outros), a criação de novas feiras literárias e a manutenção de bibliotecas comunitárias.

As inscrições para os interessados em concorrer com projetos começam na próxima segunda-feira (20). Informações podem ser obtidas no site da Secretaria Estadual de Cultura.

Balancço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		8	11
Caixa e equivalentes de caixa		2	5
Tributos a recuperar		6	6
Não circulante		1.181	1.164
Investimentos	4	1.181	1.164
Total do ativo		1.189	1.175
Passivo			
Circulante		3	1
Fornecedores		3	1
Patrimônio líquido		1.186	1.174
Capital social	5	103.133	103.133
Capital social a integralizar	5	(482)	(1.113)
Prejuízos acumulados		(101.465)	(100.846)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.189	1.175

Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Despesas gerais e administrativas		(48)	(55)
Prejuízo operacional		(48)	(55)
Equivalência patrimonial	4	(571)	(19.553)
Prejuízo do exercício		(619)	(19.608)

Demonstração do resultado abrangente			
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Prejuízo do exercício	(619)	(19.608)	
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício	(619)	(19.608)	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021	103.133	(2.050)	(81.238)	19.845
Prejuízo do exercício	-	-	(19.608)	(19.608)
Aporte de capital	-	937	-	937
Saldos em 31/12/2021	103.133	(1.113)	(100.846)	1.174
Prejuízo do exercício	-	-	(619)	(619)
Aporte de capital	-	631	-	631
Saldos em 31/12/2022	103.133	(482)	(101.465)	1.186

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Informações gerais. A Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. ("Companhia" ou "Stogas") tem sede no Rio de Janeiro/RJ e tem como atividades a consultoria, gerenciamento e participação em projetos relacionadas à energia, óleo e gás, bem como participação em outras Companhias na condição de acionista ou quotista. A Companhia é controladora da Santana Exploração e Produção de Oleo e Gás Ltda. ("Santana"), cujo objeto social é: (i) a exploração, desenvolvimento e produção de acumulações de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos; (ii) transporte e armazenamento de petróleo e gás natural; e (iii) a participação em outras companhias, comerciais, civis ou consórcio, seja como acionista, quotista ou consorciada. A SotreqPar S.A. ("SotreqPar") participa em 100% do Patrimônio Líquido da Stogas, sendo controladora direta da Companhia e controladora indireta da Santana. Ainda como parte do Grupo Sotreq, a Pertos S.A. ("Pertos") é a empresa controladora indireta da Companhia. 1.1. Transferência de operação da controlada Santana. O Campo de Santana foi adquirido com o foco principal de converter o reservatório em uma instalação de estocagem subterrânea de gás natural (ESGN), um elemento de extrema importância na infraestrutura de gás. O projeto de armazenamento de gás no campo de Santana é pioneiro no Brasil, sendo o primeiro, e único, projeto deste tipo aprovado pela ANP. O cronograma do projeto sofreu alterações nos últimos anos devido a diferentes mudanças econômicas e no mercado de gás, que levaram a atrasos na comercialização para tornar o empreendimento economicamente viável. O direito de exploração adquirido pela controlada Santana junto a ANP, em 21/06/2011, tem validade até 06/08/2025. Em razão do não fechamento de acordos comerciais ou parcerias estratégicas sem resultado positivo, a empresa decidiu pela cessão de direito do contrato de concessão do campo. Por meio da Resolução de Diretoria nº 208/2021, em 15/04/2021, foi aprovada pela Diretoria Colegiada da ANP a Cessão de Direitos e Obrigações referentes a exploração e produção de petróleo e gás natural da área denominada Campo de Santana, localizado em Catu, na Bahia, da controlada Santana, cuja validade do contrato é até 06/08/2025, para a empresa Energizzi Energias do Brasil Ltda. ("Energizzi"). No dia 8/06/2021, após a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a empresa Energizzi assumiu todas as operações, atividades, custos e responsabilidades pelos poços identificados como operacionais e/ou abandonados referentes ao Campo de Santana e a controlada Santana permanece responsável pelas contingências existentes dos processos que forem transformados em multa pela ANP (Agência Nacional do Petróleo). Por fim, no acordo firmado entre Energizzi e Santana, ficou determinado a possibilidade de recar do dos direitos cedidos por parte da controlada Santana, bem como da participação no Contrato de Concessão, sendo esse direito exercível a qualquer momento até 06/08/2025. 1.2. Continuidade operacional. A Stogas vem apresentando prejuízos recorrentes, tendo sido R\$619 em 31/12/2022 (R\$19.608 em 2021), adicionalmente, a capacidade de geração de caixa pelas atividades da Companhia é bastante limitada. Após a cessão de direitos e obrigações referentes a exploração e produção de petróleo e gás natural do Campo de Santana, a Administração avaliou a capacidade da continuidade operacional da mesma e concluiu que na eventualidade de necessidade de caixa para cumprir com suas obrigações para os próximos 12 meses, seu acionista controlador SotreqPar, tem intenção e capacidade de suprir com recursos financeiros. Ademais, a Administração permanece na busca de novos contratos comerciais por meio de investimentos para implementação do projeto de Armazenamento de Gás. A Administração da entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Essas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2022 foram revisadas, aprovadas e autorizadas pela diretoria em 01/03/2023.			
2. Resumo das principais práticas contábeis. 2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.2. Declaração de conformidade. As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. 2.3. Base de consolidação. A Companhia possui participação de 99,99% na Santana Exploração e Produção de Oleo e Gás Ltda. A mesma detém controle sobre as atividades dessa empresa, porém a Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, visto que atende a todos os requisitos do item 4(a) do CPC 36(R3) Demonstrações Consolidadas: (a) A controladora é ela própria uma controlada integral de outra Companhia, a qual em conjunto com os demais acionistas não fazem objeção quanto a não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; (b) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente; e (c) A Companhia não possui arquivamento e processos de arquivamento em andamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais. A controladora final, a SotreqPar S.A. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36. 2.4. Classificação corrente versus não corrente. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; e • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando da sua troca, ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como ativos não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera			

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(619)	(19.608)	
Prejuízo do exercício	-	2	
Depreciação	571	19.553	
Resultado de participações societárias	(48)	(53)	
Varição nos ativos e passivos			
Outros ativos	-	2	
Fornecedores	2	1	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(46)	(50)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital	631	937	
Aporte de capital na investida Santana	(588)	(890)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	43	47	
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3)	(3)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	8	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2	5	
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3)	(3)	

Santana				
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	2022	2021		
Saldos em 01/01/2021	19.827			
Aporte de capital	890			
Resultado de equivalência patrimonial (i)	(19.553)			
Saldos em 31/12/2021	1.164			
Aporte de capital	588			
Resultado de equivalência patrimonial	(571)			
Saldos em 31/12/2022	1.181			
(i) A controlada Santana registrou uma perda líquida em 2021 no valor de R\$19.553, dos quais R\$16.585 refere-se a perda na cessão de direitos do contrato de concessão de exploração do campo de Santana para a Energizzi (Nota 1.1), cujo valor de custo líquido de amortização acumulada era de R\$13.146, e R\$475 refere-se a perda na transferência de ativo imobilizado, cujo valor de custo líquido de depreciação acumulada era de R\$1.304 em 2021. b) Informações sobre a controlada. Segue abaixo a participação da Companhia no resultado da controlada, como também no total de seus ativos e passivos:				
Em 31/12/2022	%	Ativos	Patrimônio líquido	Prejuízo
Santana Exploração e Produção de Oleo e Gás Ltda.	99,99%	1.290	109	1.181 (571)
Em 31/12/2021	%	Ativos	Patrimônio líquido	Prejuízo
Santana Exploração e Produção de Oleo e Gás Ltda.	99,99%	1.425	261	1.164 (19.553)

SotreqPar S.A.			
Exercício findo em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Despesas gerais e administrativas	(27)	(38)	
Despesas legais	(21)	(15)	
Serviços de terceiros	-	(2)	
Outras	(48)	(55)	

7. Seguros.			
A Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Abaixo segue o seguro contratado em 2022 pela Companhia:			
Apólices	Vigência		
Responsabilidade civil geral	01/07/2022 a 01/07/2023		
Diretores: Marcelo Orberg, José Ricardo Martins Cordeiro			
Contador: Rafael Procaçi Camera - CRC RJ-131252/O-8			

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis			
Aos Acionistas e Administradores Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A. Rio de Janeiro - RJ. Revisamos as demonstrações contábeis da Stogas Armazenamento de Gás Natural ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis. A Diretoria é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os			

Aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, de indagações à Diretoria e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas. Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. Conclusão. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stogas Armazenamento de Gás Natural S.A em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 01/03/2023.			
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.Ltda. - CRC-SP015199/F.			
Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci - Contador CRC-1RJ091370/O-0.			

DIA DO CONSUMIDOR

Procon dá dicas para compras seguras em lojas físicas e online

Nas compras online, órgão chama atenção para verificação de procedência de site e confirmação das informações do CNPJ da empresa vendedora

Ao fazer compras, o consumidor brasileiro deve sempre pesquisar o produto ou serviço, o preço e condições de pagamento, ficando atento se as lojas informam de maneira correta os valores e a política de troca.

“É preciso avaliar a necessidade do momento da compra, evitando compras por impulso e até o endividamento”, disse a assessora jurídica da presidência do Procon do Estado do Rio de Janeiro (Procon RJ), Flávia Lira.

Nas compras online, deve-se verificar a procedência do site, se ele exibe o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa, se há um telefone de contato, como é o procedimento para desistir da compra e o prazo de entrega.

Flávia lembrou que, nas compras feitas pela internet ou por telefone, o consumidor pode desistir da aquisição em até sete dias da contratação e do recebimento do produto. “Observe com atenção as ofertas dos sites. A oferta deve ser descrita de forma clara e não pode causar nenhuma dúvida”, afirmou. Se há possibilidade de parcelamento, a loja deve informar se há incidência de juros e o valor total parcelado.

Outra dica da assessora jurídica é que se deve guardar o comprovante de compra com o número do pedido e a indicação do prazo de entrega. Se o consumidor não receber o produto no prazo estabelecido pela empresa no ato da compra, deve entrar em contato com o serviço de atendimento da loja. “E, caso o problema não seja resolvido, ele deve buscar o Procon e registrar uma reclamação”, orientou.

Deve ser dada preferência também a sites conhecidos. O comprador deve ficar atento ao perfil do site, porque algumas lojas virtuais anunciam produtos de pessoas físicas ou de terceiros. No caso de pessoas físicas, a recomendação é que se avalie a reputação do vendedor do produto, comen-



Nas compras físicas vale a pena ficar de olho se as lojas informam de maneira correta os valores e a política de troca

tários, índice de vendas, satisfação de clientes e o tempo em que o site anuncia.

“Não clique em links recebidos em canais digitais. Se o consumidor recebeu uma promoção imperdível via WhatsApp, e-mail ou outro canal digital, ele deve desconfiar sempre e não abrir o link. Vários golpes começam quando os criminosos enviam links falsos se passando por lojas oficiais”, advertiu Flávia.

Ela disse, ainda, que sempre que houver um cancelamento ou alteração de voo, a companhia aérea deve manter o passageiro informado sobre toda a situação, indicando qual o motivo do atraso ou do cancelamento e, nos casos de atraso, qual é a estimativa de voo. Se o voo for cancelado, o passageiro poderá escolher entre acomodação, reembolso integral do valor da passagem ou execução do serviço por outra modalidade de transporte, por exemplo, o rodoviário.

No caso do reembolso integral, o prazo deve ser de sete dias a contar da data da solicitação feita pelo passageiro, observando-se os meios de pagamento que o consumidor usou na compra da passagem.

Se a empresa aérea não efetuar o reembolso no prazo, deve-se procurar o serviço de atendimento da companhia e, não sendo solucionada a demanda, registrar reclamação no Procon. Segundo a assessora jurídica, caso a solicitação seja uma indenização

por danos morais e materiais, será preciso ingressar com uma ação judicial.

De acordo com levantamento - feito no fim do ano passado - com 401 pessoas pela Forum Hub, plataforma virtual de aconselhamento jurídico para pessoas e empresas, 67% dos brasileiros que já enfrentaram algum tipo de problema com voos e cancelamentos não tiveram nenhum tipo de indenização financeira por parte das companhias aéreas.

Na quarta-feira (15), foi realizado no Largo da Carioca, região central do Rio, um mutirão para renegociar dívidas, promovido pelo Procon com o apoio do Clube de Diretores Lojistas (CDLRio), Boa Vista Serviços, administradora do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio (SindilojasRio).

A meta é que os consumidores coloquem suas contas em ordem diretamente com os credores e tenham o nome limpo. Participam empresas dos segmentos varejista, financeiro, concessionárias de telefonia, energia e água, bancos e cartões de crédito, entre outras. A expectativa é atrair mais de duas mil pessoas durante a iniciativa.

O presidente do CDLRio e do SindilojasRio, Aldo Gonçalves, destacou que o mutirão visa criar facilidades para que o consumidor em débito negocie diretamente com o credor.

Flávia Lira comentou que

negociar uma dívida em um mutirão do Procon pode oferecer muitas vantagens para o consumidor, entre as quais, descontos especiais. “Muitas vezes, empresas participantes dos mutirões oferecem descontos especiais e condições mais seguras para quem está negociando a dívida. Esses descontos podem reduzir consideravelmente o valor total da dívida”.

São oferecidas, ainda, facilidades de pagamento, como parcelamento com juros menores ou prazos maiores para quitação da dívida. Ao negociar e quitar dívidas, o consumidor regulariza a situação financeira, recuperando o seu crédito no mercado, o que pode ser importante para ele conseguir financiamentos ou empréstimos futuros.

Caso a dívida já tenha sido cobrada na justiça, pode-se negociar no mutirão do Procon e evitar a continuidade do processo e possíveis prejuízos financeiros decorrentes de juros e multas no processo judicial.

Também na quarta-feira, o Procon do Rio encerrou três dias de conciliações e renegociação de dívidas e atendimento com bancos, empresas de telefonia, empresas de varejo e concessionárias de serviços públicos, em comemoração à Semana Mundial do Consumidor, com participação de 21 fornecedores que apresentam condições diferenciadas para resoluções de demandas.

MULTIPLAN BARRA 1 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.
CNPJ/ME Nº: 19.406.916/0001-74 - NIRE Nº: 33.2.0963172-1
11ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL. Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.816.890/0001-53 e no NIRE nº 33.3.0027840-1, neste ato representada por seus Diretores, os Srs. **Armando d'Almeida Neto**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade IFP/RJ nº 04.738.209-8, inscrito no CPF/ME sob o nº 757.797.307-68, e **Hans Christian Melchers**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade DETRAN/RJ nº 12.259.511-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 090.805.057-73, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102 (“MTE”); e **MULTIPLAN HOLDING S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.249.555/0001-13 e no NIRE sob o nº 33.3.0029672-7, neste ato representada por seus Diretores, os Srs. **Armando d'Almeida Neto**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade IFP/RJ nº 04.738.209-8, inscrito no CPF/ME sob o nº 757.797.307-68, e **Hans Christian Melchers**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade DETRAN/RJ nº 12.259.511-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 090.805.057-73, ambos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Av. das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102 (“MTH”). Na qualidade de únicas sócias da **MULTIPLAN BARRA 1 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 4.200, bloco 2, sala 501, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.406.916/0001-74 e no NIRE nº 33.2.0963172-1 (“Sociedade”). Resolvem as sócias alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme abaixo: 1. Deliberam as sócias, por unanimidade e sem quaisquer restrições, proceder com a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 21.100.000,00 (vinte e um milhões e cem mil reais), em razão de ter o mesmo tornado-se excessivo, nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil Brasileiro”), mediante o cancelamento de 21.100.000 (vinte e um milhões e cem mil) quotas representativas do capital social da Sociedade. 2. As sócias decidiram, ainda, por unanimidade, que o montante resultante da redução do capital social será restituído às sócias proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Sociedade, da seguinte forma: (a) R\$ 21.078.900,00 (vinte e um milhões, setenta e oito mil e novecentos reais) serão restituídos à sócia MTE em moeda corrente nacional; e (b) R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais) serão restituídos à sócia MTH em moeda corrente nacional. 3. A redução fica condicionada, entretanto, à inexistência de oposição de credores da Sociedade durante o prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Comercial, conforme previsto no art. 1.084, §1º, do Código Civil Brasileiro. 4. Ficam autorizados os Administradores da Sociedade a tomarem todas as providências necessárias à consumação da redução de capital ora aprovada, incluindo, sem limitação: (a) a publicação do respectivo instrumento, para os fins e efeitos do art. 1.084, §1º, do Código Civil Brasileiro; e (b) o arquivamento do presente instrumento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias da publicação. 5. Dessa forma, a participação da sócia MTE passará de R\$ 408.227.212,00 (quatrocentos e oito milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e doze reais) para R\$ 387.148.312,00 (trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos, cento e quarenta e oito mil, trezentos e doze reais) e da sócia MTH passará de R\$ 408.636,00 (quatrocentos e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais) para R\$ 387.535,848,00 (trezentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais) e, por sua vez, o capital social da Sociedade passará de R\$ 408.636,848,00 (quatrocentos e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 408.635,848 (quatrocentos e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito) quotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), para R\$ 387.535,848,00 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais), dividido em 387.535,848 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentas e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito) quotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). 6. Em face às deliberações acima, a Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade passará a vigor com a seguinte redação: “**CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL 4.1.** O capital social é de R\$ 387.535,848,00 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, dividido em 387.535,848 (trezentos e oitenta e sete milhões, quinhentas e trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e oito) quotas, indivisíveis, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios: **Sócias - Quotas - Valor (R\$):** Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.; 387.148.312; 387.148.312,00. Multiplan Holding S.A.; 387.536; 387.536,00. TOTAL; 387.535,848; 387.535,848,00. 7. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade, não alteradas expressamente por meio do presente instrumento. E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente em 1 (uma) via, na forma eletrônica, perante as testemunhas instrumentárias. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023. **MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** Armando d'Almeida Neto; Hans Christian Melchers. **MULTIPLAN HOLDING S.A.** Armando d'Almeida Neto; Hans Christian Melchers.

ABRIGO TERESA DE JESUS CNPJ 33.892.738/0001-60		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022		
ATIVO	2021	2022
CIRCULANTE	1.783.619,35	1.533.354,12
DISPONÍVEL		
Caixas e Equivalentes de Caixas	679.278,76	228.671,20
CRÉDITOS		
Créditos e Adiantamentos	1.104.340,59	1.304.682,92
NÃO CIRCULANTE	1.589.544,44	1.500.218,73
OUTROS CRÉDITOS		
Valores a Receber	150.000,00	150.000,00
Investimentos		
Bens de Renda	31.558,04	31.558,04
Participações Societárias	7,37	7,37
Imobilizado		
Bens Móveis	657.594,78	660.290,36
Bens Imóveis	932.623,44	932.822,44
Depreciação Acumulada	182.239,19	274.459,48
TOTAL DO ATIVO	3.373.163,79	3.033.572,85
PASSIVO	2021	2022
CIRCULANTE	544.073,89	497.858,09
Impostos e Contribuições	35.542,60	39.099,45
Fornecedores	25.112,80	46.416,44
Obrigações c/ Pessoal	176.458,58	327.377,87
Outras Obrigações	90.000,61	84.964,33
Empréstimo	216.959,30	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.829.089,90	2.535.714,76
Fundo Patrimonial	1.596.089,90	1.302.714,76
Reavaliação de imóveis	1.233.000,00	1.233.000,00
TOTAL DO PASSIVO	3.373.163,79	3.033.572,85
Frederico Guilherme da C. Kremer Presidente CPF 532.379.007-53	Carlos José Turle Contador - CRC 0658906RJ CPF: 890.808.237-91	

INDÚSTRIAS DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S.A.
CNPJ/ME nº 31.901.382/0002-39 - NIRE nº 33.3.0010185-3
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, em nossa Matriz, à Rua Hugo Aquino nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, em nossa Filial Rio, à Avenida Paisagista José Silva de Azevedo Neto nº 200, bloco 2, salas 203/204, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, em nossa Filial Recife/PE, à Rua Fernando de Noronha nº 41, Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, PE, e na Filial Valinhos/SP, à Rua Ezequiel Benedito Silva, nº 77, sala 10, Chácara São Francisco, Valinhos, SP, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. São João da Barra, RJ, 15 de março de 2023. **HUGO AQUINO FILHO - Presidente do Conselho de Administração.**

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S.A.
CNPJ 31.520.745/0001-05 - NIRE: 33.3.0027348-4
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

VIACÃO MAUÁ S.A.
CNPJ 31.688.609/0001-29 - NIRE: 33.3.0027347-6
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Capitão Acácio 363, Boassú, Primeiro Distrito daquele Município, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

LRS PARTICIPAÇÕES INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ Nº. 10.551.544/0001-03 - NIRE 33.3.0028900-3
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ernani do Amaral Peixoto 455, sala 507, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

GRUPO DE MODA SOMA S.A.
CNPJ/ME 10.285.590/0001-08 - NIRE 33.3.0031538-1
COMUNICADO DE EXTRAVIO DE LIVROS SOCIETÁRIOS
GRUPO DE MODA SOMA S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede no Estado e cidade do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Pasteur, nº 154, Botafogo, CEP: 22.290-240, com registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA sob o NIRE nº 33.3.0031538-1, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.285.590/0001-08, (“Companhia”), vem, comunicar a praça e ao mercado em geral para fins diversos, o extravio dos seguintes Livros da Sociedade: (i) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal Nº 01; (ii) Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração Nº 01; (iii) Livro de Atas das Reuniões de Diretoria Nº 01. Todos os livros possuem folhas numeradas de nº 01 a 100 no formato encadernado.

SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS
CNPJ: 44.019.198/0001-20 - NIRE: 33.3.0027025-6
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. São convidados os senhores acionistas de SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se em 30 de março de 2023, às 10:00 horas, em 1ª convocação, na sede social na Rua da Glória, nº 122, salas 701 e 702, Glória, nesta Capital, CEP 20.241-180, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, cujas cópias e documentos se encontram na sede da sociedade à disposição dos acionistas; b) Deliberação e destinação do resultado do exercício (ii) **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Alteração dos estatutos sociais no que se refere a representação da sociedade, para aumentar a alçada dos demais Diretores, sem a necessidade da assinatura do Diretor Presidente. Rio de Janeiro, 15 de março de 2023. Pedro Claudio de Medeiros Bocayuva Bulcão - Diretor Presidente.

REGATA IMOB EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 12.979.051/0001-96 - NIRE: 33.3.0029479-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Miguel de Frias 77, sala 1701, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. Niterói, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ: 14.821.124/0001-42
CONVOCAÇÃO. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A., na qualidade de emissora de ações ordinárias (“Companhia”), vem convocar os titulares de ações (“Acionistas”), nos termos do art. 124 da Lei 6404/76, para reunião em Assembleia Geral de Acionistas (“Assembleia Geral de Acionistas”), a ser realizada no dia 23 de março de 2023, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams, sendo certo que o link de acesso, bem como as orientações gerais para participação, serão enviados, oportunamente, pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), a fim de que os acionistas examinem, discutam e deliberem, na Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada às 10:00 (dez horas), sobre: (i) aumento de capital da Companhia, com consequente reforma do Estatuto Social para refletir o novo capital social da Companhia.

AUTO VIAÇÃO ABC S.A.
CNPJ 31.694.813/0001-52 - NIRE: 33.3.0028789-2
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 136, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

ICARÁÍ AUTO TRANSPORTES S.A.
CNPJ 28.547.537/0001-95 - NIRE: 33.3.0028793-1
AVISO AOS ACIONISTAS
Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Neto 166, Alcântara, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022. São Gonçalo, 10 de março de 2023. A DIRETORIA.

SUDELETRÔ S.A.
CNPJ 33.102.153/0001-07
Convocação: São convidados os senhores acionistas para se reunirem em AGO/AGE a realizar-se em 31/03/2023, às 10 horas, na sede social à Praça Mahatma Gandhi, 2, Grupo 921, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação do Relatório, Balanço e Contas da Diretoria, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; B) Destinação dos Resultados; C) Eleição da Diretoria para o próximo triênio, Fixação dos Honorários da Diretoria; D) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 13/03/2023. a) Silvia Vêras de Lacerda Guimarães - Presidente.



Embu S.A. Engenharia e Comércio

CNPJ nº 11.322.558/0001-88

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2022 e a Demonstração do Resultado do exercício de 2022.

São Paulo, 16/03/2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)				
ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.774.331	54.683.375	61.774.331
Contas a receber	5	33.777.482	18.098.825	33.777.482
Estoque	6	28.992.095	19.750.617	28.992.095
Adiantamento a fornecedores		964.800	1.391.565	964.800
Imposto a recuperar		50.354	4.988	50.354
Partes relacionadas	7	1.888.808	4.652.706	1.888.808
Total do ativo circulante		127.447.870	98.582.076	127.447.870
Ativo não circulante				
Contas a receber	5	669.701	669.701	669.701
Depósitos judiciais		-	14.175	-
Ativo fiscal diferido	17b	34.509	452.718	34.509
Investimentos	8	5.156.700	5.156.700	-
Imobilizado	9	384.836.511	391.785.631	389.993.244
Direito uso	10a	2.995.687	4.213.802	2.995.687
Total do ativo não circulante		393.693.108	402.292.727	393.693.141
Total do ativo		521.140.978	500.874.803	521.140.978

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	19	262.384.939	181.555.865	262.384.939
Custos	20	(135.652.694)	(109.303.387)	(135.652.694)
Lucro bruto		126.732.245	72.252.478	126.732.245
Recaltes (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	21	(54.631.087)	(48.813.282)	(54.631.087)
Despesas comerciais	22	(27.554.820)	(17.512.435)	(27.554.820)
Resultado de extração patrimonial	8	-	3.695.634	-
Outras receitas e despesas operacionais	23	7.587	22.757.622	7.587
Lucro operacional antes do resultado financeiro		44.553.895	32.380.014	44.553.895
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	24	5.980.993	2.259.533	5.980.993
Despesas financeiras	25	(6.819.653)	(4.244.055)	(6.819.653)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		43.715.235	30.395.492	43.715.235
Imposto de renda e contribuição social	17a	(20.792.968)	(13.806.208)	(20.792.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17a	4.337.552	4.113.820	4.337.552
Lucro do exercício		27.259.819	20.903.104	27.259.819
Participação de acionistas controladores		-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-

Total do passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	11	13.883.766	7.797.283	13.883.766
Fornecedores risco sacado	12	16.915.559	10.910.926	16.915.559
Arrendamentos	10b	1.006.601	1.272.259	1.006.601
Obrigações trabalhistas	13	6.917.903	5.760.302	6.917.903
Obrigações tributárias	14	6.274.846	5.300.205	6.274.846
Imposto de renda e contribuição social		6.000.696	1.003.499	6.000.696
Dividendos	18c	6.474.207	4.964.487	6.474.207
Total do passivo circulante		65.175.111	42.469.461	65.175.111
Passivo não circulante				
Arrendamentos	10b	2.142.872	3.149.473	2.142.872
Obrigações tributárias	14	3.423.956	5.843.331	3.423.956
Provisão para contingências	15	15.199.718	10.523.234	15.199.718
Passivo de descomissionamento	16	2.034.517	2.796.555	2.034.517
IRPJ e CSLL diferidos	17b	86.950.898	91.301.444	86.950.898
Total do passivo não circulante		140.938.236	146.627.810	140.938.236
Patrimônio líquido				
Capital social	18a	114.292.708	114.292.708	114.292.708
Reservas de lucros	24	281.348.469	14.481.181	248.131.489
Reserva legal	18b	7.132.431	7.132.431	7.132.431
Ajuste de avaliação patrimonial	18c	168.789.023	177.234.203	168.789.023
Total do passivo e patrimônio líquido		521.140.978	500.874.803	521.140.978

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício		27.259.819	20.903.104	27.259.819
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		27.259.819	20.903.104	27.259.819
Participação de acionistas controladores		-	-	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Notas	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2021		168.000.000	3.890.694	4.724.285	-	176.614.979	-	176.614.979
Crédito parcial (redução de capital)	19a	(53.707.292)	-	-	-	(53.707.292)	-	(53.707.292)
Destinação do lucro do exercício	19b	-	19.857.949	1.045.155	-	20.903.104	-	20.903.104
Dividendos obrigatórios	19d	-	(4.964.487)	-	-	(4.964.487)	-	(4.964.487)
Dividendos adicionais	19d	-	(12.704.180)	-	-	(12.704.180)	-	(12.704.180)
Ajuste de avaliação patrimonial	19c	-	8.401.205	-	-	8.401.205	-	8.401.205
Saldos em 31 de dezembro de 2021		114.292.708	14.481.181	5.769.440	-	134.543.329	-	134.543.329
Destinação do lucro do exercício	19b	-	25.896.828	1.362.991	-	27.259.819	-	27.259.819
Dividendos obrigatórios	19d	-	(6.474.207)	-	-	(6.474.207)	-	(6.474.207)
Dividendos adicionais	19d	-	(17.535.513)	-	-	(17.535.513)	-	(17.535.513)
Ajuste de avaliação patrimonial	19c	-	8.445.180	-	-	8.445.180	-	8.445.180
Saldos em 31 de dezembro de 2022		114.292.708	24.813.469	7.132.431	-	146.238.608	-	146.238.608

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

1. **Contexto operacional:** A Embu S.A. Engenharia e Comércio ("Companhia"), localizada na Rua Ferreira de Araújo, 202, 3º andar, São Paulo - SP é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objetivo a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado, além de investimento em outra sociedade. A Companhia vem implementando medidas que visam à melhoria do desempenho operacional. Dentre elas destaca-se o aumento no nível de utilização da capacidade instalada nas pedreiras, com melhor absorção dos custos fixos e a redução das despesas estruturais (vendas e administrativas). Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação direta em empresa controlada, cujas atividades são descritas a seguir: **Terras Altas Agropecuária Ltda. ("Terras Altas")** - Com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo: (a) a exploração das atividades agrícolas e pecuárias e animal (b) a atividade de depósitos bancários (CDB), ganhos na alienação de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da Companhia autoriza a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 03 de março de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica CPC/17, que estabelece a adoção do modelo de negócios de caixa e a eliminação de itens observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas contábeis e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou do conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada a seguir:

Controlada	Terras Altas Eireli	Ramo de atividade		Controle	% de participação em 2022
		Mineração	Direto		
					100%
					100%

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, os resultados da controlada são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a Companhia e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de conta a receber e a pagar efetivamente com terceiros; • Participação no capital e lucro líquido do exercício da controlada; e • Eliminação dos investimentos na proporção da participação sobre o capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. O exercício social da controlada é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre a empresa controlada foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real a moeda funcional da Companhia. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos nos resultados futuros. **2.6. Impairment:** O custo amortizado de ativos não circulantes e outros gastos incorridos para outros recursos existentes sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídos, principalmente, nas notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 5 - Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;** **• Nota Explicativa nº 9 - Depreciação e exaustão;** **• Nota Explicativa nº 10 - Arrendamentos/direitos de uso;** **• Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências;** **• Nota Explicativa nº 16 - Passivo de descomissionamento;** e **• Nota Explicativa nº 17 - Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.** **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **a) Ativos e passivos financeiros: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros de curto prazo, (ii) ativos financeiros abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos nos resultados futuros. **Custos subsequentes:** Custos amortizados: São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e em termos contratuais devem originar a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (crédito "somente P&J"). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir decasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Custos subsequentes: Reconhecidos somente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira; (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o decasamento contábil ou se o grupo do passivo for gerenciado ao valor justo. **b) Contas a receber:** São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso. **c) Estoques: Insumos e produtos acabados:** O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazer os estoques à localização e condições existentes. No caso de produtos em processo de elaboração e acabados, o estoque inclui os custos relativos de extração com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **d) Investimentos: Participação societária:** A participação societária na controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é originalmente reconhecido pela participação no valor do patrimônio líquido da controlada e, posteriormente, é ajustado pelos resultados e variações patrimoniais ocorridas após a aquisição da participação societária. A participação societária é composta pela empresa controlada Terras Altas Agropecuária Ltda. ("Terras Altas") e Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do custo histórico, e são reconhecidos dentro de outros resultados no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de recuperação de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso esse provê que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Em 2010, alguns itens do ativo imobilizado que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo tiveram seus valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior autenticidade. A contrapartida dessas alterações foi registrada na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e a conta de impostos diferidos no passivo não circulante. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indícios, ou necessidades de constituição de provisão para redução do valor recuperável dos imobilizados. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Outros ativos:** São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso. **g) Estoques: Insumos e produtos acabados:** O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazer os estoques à localização e condições existentes. No caso de produtos em processo de elaboração e acabados, o estoque inclui os custos relativos de extração com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **d) Investimentos: Participação societária:** A participação societária na controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é originalmente reconhecido pela participação no valor do patrimônio líquido da controlada e, posteriormente, é ajustado pelos resultados e variações patrimoniais ocorridas após a aquisição da participação societária. A participação societária é composta pela empresa controlada Terras Altas Agropecuária Ltda. ("Terras Altas") e Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do custo histórico, e são reconhecidos dentro de outros resultados no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de recuperação de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso esse provê que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Em 2010, alguns itens do ativo imobilizado que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo tiveram seus valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior autenticidade. A contrapartida dessas alterações foi registrada na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e a conta de impostos diferidos no passivo não circulante. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indícios, ou necessidades de constituição de provisão para redução do valor recuperável dos imobilizados. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Outros ativos:** São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso. **g) Estoques: Insumos e produtos acabados:** O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazer os estoques à localização e condições existentes. No caso de produtos em processo de elaboração e acabados, o estoque inclui os custos relativos de extração com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **d) Investimentos: Participação societária:** A participação societária na controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é originalmente reconhecido pela participação no valor do patrimônio líquido da controlada e, posteriormente, é ajustado pelos resultados e variações patrimoniais ocorridas após a aquisição da participação societária. A participação societária é composta pela empresa controlada Terras Altas Agropecuária Ltda. ("Terras Altas") e Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; e • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do custo histórico, e são reconhecidos dentro de outros resultados no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de recuperação de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso esse provê que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Em 2010, alguns itens do ativo imobilizado que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo tiveram seus valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com

* continuação

Embu S.A. Engenharia e Comércio - CNPJ nº 61.322.558/0001-88

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes provisionados. Em 31 de dezembro de 2022, não identificamos tais indícios.

Table with columns: Descrição, Vidas úteis estimadas (em meses), Equipamentos industriais de produção, Equipamentos auxiliares, Equipamentos industriais elétricos, Veículos, Móveis e utensílios, Instalações.

10. Arrendamentos: Os valores registrados sobre as rubricas de direito de uso e arrendamentos estão em conformidade com a norma contábil NBC TG 06/R3 Arrendamentos e se referem substancialmente a: Valores referentes a contratos de, (i) contrato de direito de uso de área para desenvolvimento das operações de lava, beneficiamento e estocagem de produtos, no Município de Itupeva - SP; (ii) contrato de direitos minerais para exploração de lava visando produção de pedra britada e seus subprodutos, no Município de Pararluna - SP; (iii) contrato de locação de imóvel para fins administrativos, no Município de São Paulo - SP. a) Direito de uso:

Table with columns: Controladora e consolidado, 31/12/2022, Adições, 31/12/2022, Direito uso imóvel, Amortização acumulada, Total, Em 2021, Controladora e consolidado, 01/01/2021, Adições, 31/12/2021, Direito uso imóvel, Amortização acumulada, Total.

Table with columns: Natureza do contrato, Taxa de desconto incremental (ao ano), Vencimentos dos contratos, Prazo médio dos venc. (anos), Valor presente a prazo, Valor presente a prazo não circulante, 31/12/2022, Total, Natureza do contrato, Taxa de desconto incremental (ao ano), Vencimentos dos contratos, Prazo médio dos venc. (anos), Valor presente a prazo, Valor presente a prazo não circulante, 31/12/2021, Total.

Table with columns: Movimento, Saldo em 1º de janeiro, Apropriação de juros, Pagamento do principal, Pagamento de juros, Saldo em 31 de dezembro, Circulante, Não circulante.

Table with columns: 11. Fornecedores: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Insuamos (I), Materiais de consumo, Serviços de terceiros, Outros, Total, Fornecedores, Fornecedores Risco Sacado (I), Total.

(I) A Companhia possui a operação de Fisco Sacado sem alongamento de prazos com alguns fornecedores no montante de R\$ 7.701.533 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.460.500 em 31 de dezembro de 2021).

Table with columns: 12. Financiamentos: Modalidade, 2022, 2021, Financiamentos Maq. e Equipamentos, Veículos, Capital de giro, Cheques a compensar, Total, Circulante, Não circulante, Os vencimentos das parcelas dos financiamentos em 31 de dezembro de 2022 estão assim distribuídos:

Table with columns: Banco Bradesco S/A, Banco Itaú - Unibanco S/A, Banco Caterpillar, Banco Caixa Econômica Federal, Banco XCMG, Banco Volvo S/A, Banco Fibra, Total, Movimento Controlado e consolidado: Saldo em 1º de janeiro, Novos contratos, Pagamento do principal e Juros, Saldo em 31 de dezembro.

Não existem cláusulas restritivas ou "covenants" financeiros sobre os contratos vigentes. As taxas de financiamentos variam de 8% a 18%, e estão relacionadas com a taxa SELIC da data de contratação.

Table with columns: 13. Obrigações trabalhistas: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, INSS, FGTS, Férias, INSS sobre férias, FGTS sobre férias, Outros, Total, 14. Obrigações tributárias: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, IRPF, ICMS, ISS, PIS, Cofins, PIS/COFINS/CSLL - SERV.TERC., IRPJ (Parcelamento) (I), FINSICAJA (Parcelamento) (I), ILL (Parcelamento) (I), Total, Circulante, Não circulante.

(I) Saldos compostos de principal, juros e multa, obrigações originadas da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refs) das Leis nº 11.941/2009 e 12.996/2014, atualizados mensalmente à taxa Selic. A amortização do principal, juros e multa é mensal e consecutiva, tendo como datas previstas para liquidação em outubro de 2024 e novembro de 2028.

Table with columns: 15. Provisão para contingências: Controladora e consolidado, 2022, 2021, Cível, Trabalhista, Fiscal, Total, A movimentação das contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 ocorreu conforme apresentado a seguir:

16. Passivo de descomissionamento - Consolidado: O planejamento de fechamento de minas envolverá estratégias e esforços levando em consideração, necessariamente, as reservas minerais laváveis disponíveis (que podem ser mutuáveis no tempo em função de estudos de reavaliações dessas reservas, que ocorrerão prospectivamente), a revisão do planejamento de lava e a configuração geométrica que se deve dar às escavações, o aprimoramento dos processos de beneficiamento mineral, as condições do mercado de abrangência dos produtos minerais e das políticas de zoneamento do uso e ocupação do solo. Estas duas últimas condições são especificamente aplicáveis às minerações de agregados, segmento em que estão inseridas as minas da Embu S.A. com a produção de brita, areia e seus subprodutos obtidos a partir da exploração de jazidas de granito e gnaiss. No transcorrer de suas operações, depósitos são feitos em situações de natureza ambiental (monitoramento e reflorestamentos), de geotécnica (estabilidade de taludes em ação de "pi" final) e engenharia (planejamento adequado de lava) para se ter a área preparada para o horizonte de fechamento de minas. As ações atualmente aplicadas pela Companhia, com custos suportados pelas operações e ajustados às exigências ambientais e de Engenharia de Minas, são consideradas suficientes pela administração e sua Engenharia responsável. Esse procedimento não apresenta riscos de infração das legislações que disciplinam sobre as condições para se ter os empreendimentos fechados ao final de suas respectivas vidas úteis considerando os atuais dispêndios aplicados. Ademais, a Companhia gerencia todas as suas relações com o meio ambiente em pleno atendimento à legislação ambiental aplicável, bem como as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de mitigar os impactos gerados pelas atividades realizadas em suas operações, em conformidade com as normas legais e requerida e ainda atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade. O descomissionamento das minas ocorre quando elas forem permanentemente exauridas. Para mensuração do valor presente a administração utilizou o percentual de 4,3% ao ano como a taxa de desconto e revisou o cálculo de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a administração obteve uma melhor expectativa dos dispêndios com o encerramento das atividades e consequentemente o descomissionamento dar-se-á conforme segue:

Table with columns: Vida útil, Valor original, 2022, 2021, Predeira Embu, Predeira Jururuá, Predeira Itapeli, Predeira Viracopos, Predeira Pararluna, Total, Em 2021, Reversão de Antecipação de obrigações, 31/12/2022.

Table with columns: Em 2022, 01/01/2022, valor justo, 31/12/2022, Predeira Embu, Predeira Jururuá, Predeira Itapeli, Predeira Viracopos, Predeira Pararluna, Total, Reversão de Antecipação de obrigações, Cisão parcial, 31/12/2021.

Table with columns: Em 2021, 01/01/2021, valor justo, 31/12/2021, Predeira Embu, Predeira Jururuá, Predeira Itapeli, Predeira Viracopos, Predeira Pararluna, Total, Reversão de Antecipação de obrigações, Cisão parcial, 31/12/2021.

Table with columns: 17. Imposto de renda e contribuição social: a) Impostos correntes: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Resultado antes dos impostos, Expectativa de despesa com IRPJ e CSLL, Ajuste para demonstração da taxa efetiva, Exuções líquidas, Despesa de IRPJ e CSLL corrente, Impostos correntes, Impostos diferidos, Total, b) Impostos diferidos: Controladora, Consolidado, 2022, 2021.

Table with columns: Bases ativas, Prejuízo fiscal e base negativa, Bases passivas, Valor sobre ajuste de avaliação patrimonial, Total, Imposição diferida líquida, 18. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 114.292.796,27, representado por 105.409.917 de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. b) Reserva legal: Constituída com base em 5% do Lucro líquido ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. c) Ajuste e avaliação patrimonial: Com base na experiência dos profissionais de engenharia da Companhia e com o auxílio de consultores externos, durante o exercício de 2010 foram elaborados laudos de avaliação patrimonial para demonstrar o valor de mercado dos bens do ativo imobilizado na controladora e nas controladas. Estas avaliações resultaram um ajuste no montante de R\$ 638.838.005 registrados em contrapartida nas contas de Ajustes de avaliações patrimoniais, no patrimônio líquido e na provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante (IRPJ/CSLL diferidos). Os saldos remanescentes dessas avaliações em 31 de dezembro de 2022: são R\$ 168.789.023 (quatro milhões, trezentos e treze mil, setecentos e vinte e seis reais) comuns e ordinárias, e R\$ 476.049.082 (quatro milhões, trezentos e treze mil, setecentos e vinte e seis reais) para R\$ 3.992.200,00 (três milhões, novecentos e noventa e dois mil e duzentos reais), uma redução efetiva de R\$ 321.526,00 (trezentos e vinte e um mil e quinhentos e vinte e seis reais), mediante a redução de 321.526 (trezentas e vinte e uma mil e quinhentas e vinte e seis) quotas, sobre um total de 4.313.725 (quatro milhões, trezentas e treze mil, setecentos e vinte e seis) quotas pertencentes à sócia BFFC AP COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA., posta a ordem do dia em discussão e votação, as sócias aprovaram-na por unanimidade, sem reservas e sem restrições. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, em seguida, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Sócios Presentes: Diretor do Brasil, Comércio e Participações LTDA., posta a ordem do dia em discussão e votação, administrador, Ricardo Figueiredo Bomeny, acima qualificado, e o Diretor não sócio Antonio José Detsi Pereira, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 803.736.407-06, portador da carteira de identidade nº 05456313, expedida pelo IPR/RJ, ambos com endereço profissional na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 901 (parte) - Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.270-000, e (f) BFFC AP Comércio e Participações LTDA., neste ato representada por seus Diretores não sócios, Antonio José Detsi Pereira, acima qualificado, e Fabiano França de Lima, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 092700517, expedida inscrito no CPF/MF sob o nº 008.979.327-73, Secretário da Mesa, Sócios: BFFC DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA., Ricardo Figueiredo Bomeny - Antonio José Detsi Pereira, BFFC AP Comércio e Participações LTDA., Fabiano França de Lima, Antonio José Detsi Pereira.

Table with columns: A Diretoria, Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e

Table with columns: 19. Receita líquida: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Vendas de mercadorias produzidas (I), Receita bruta, I.C.M.S., PIS, Cofins, Devoluções, Retenções (II), Redução da receita bruta, Receita líquida, (I) Variação decorrente do maior volume de venda e da recuperação de margens de lucratividade; (II) A Companhia deduz da receita bruta os valores referentes a fretos e carretos por serem negociados com os clientes separadamente dos produtos, e repassados a empresas de transportes terceirizadas pela Companhia. Essa estratégia adotada tem como objetivo a concentração dos seus esforços na produção, comercialização e administração dos seus produtos (bruta e derivados).

Table with columns: 20. Custos: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Insuamos e manutenção, Mão de obra, Depreciação (I), Exaustão (I), Total, (I) Aquisições de novos ativos e maior volume de produção, devido ao maior volume de vendas.

Table with columns: 21. Despesas gerais e administrativas: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Despesa com pessoal, Manutenção de bens e instalações, Despesa com comunicação, Despesas tributárias, Serviços de terceiros, Aluguel de escritório, Amortização de direito de uso, Total, (I) O aumento em despesas administrativas ocorreu devido ao dissídio coletivo da categoria em 10,80%.

Table with columns: 22. Despesas comerciais: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Manutenção de veículos, Comissões sobre vendas, Depreciação, Divulgação e propaganda, Arrendamento, Despesas com aluguel, Amortização de direito de uso, Amortização aro, Outras, Total, (I) O aumento em despesas comerciais ocorreu devido ao aumento no volume de vendas, o que está correlacionado ao maior volume de trabalho na área de vendas, aumento nas comissões e arrendamentos.

Table with columns: 23. Outras receitas e despesas operacionais: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Venda de ativo imobilizado (I), Aluguel, Vendas diversas, Rembolsos, Reversão de provisão, Recuperação tributos (II), Perdas esperadas com créditos, Total, (I) Receita de venda de ativos imobilizados usados (equipamentos, máquinas e veículos) destinados à produção de bens e serviços, substituídos por outros ativos novos, mais modernos e com maior eficiência produtiva; e (II) O valor decorre de Mandado de Segurança impetrado em 05 de julho de 2020, pleiteando a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins. Em 2021 houve o desfecho favorável e em 03 de março de 2021, foi protocolado o pedido de habilitação de crédito, por meio do despacho datado nº 5241/2021.

Table with columns: 24. Receitas financeiras: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Juros e correções, Descontos obtidos, Rendimentos s/ aplicações financeiras, Total, 25. Despesas financeiras: Controladora, Consolidado, 2022, 2021, Despesas bancárias, Juros sobre empréstimos, Juros sobre arrendamentos, Reversão de AVJ descomissionamentos, Descontos concedidos, Total, (I) O aumento nas despesas financeiras está correlacionado ao maior volume de financiamento e ao aumento na taxa média que era paga em 2021 para 2022. 26. Gerenciamento de riscos financeiros: a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes ou instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco. b) Risco de taxa de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes das oscilações de taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e dos Certificados de Depósito Interbancário (CDIs).

Table with columns: c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre o capital próprio (retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado de capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A administração avalia que a Companhia e suas investidas possuem capacidade para manter a continuidade das negociações em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na Nota Explicativa nº 12. 27. Transações que não afetam caixa: • Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - Nota Explicativa nº 5; • Resultado de equivalência patrimonial - Nota Explicativa nº 8; • Depreciação e exaustão - Nota Explicativa nº 9; • Amortização de direito de uso - Nota Explicativa nº 10; • Juros sobre arrendamentos - Nota Explicativa nº 10.b; • Provisão para contingências - Nota Explicativa nº 15; e • Reversão de valor justo sobre o passivo de descomissionamento - Nota Explicativa nº 16.

28. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, sendo, portanto, não foram examinadas por nossos auditores independentes. 29. Eventos subsequentes: Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos relatórios extraordinários - RE 95527 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de produzir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixar entendimento posterior em sentido contrário, em caso de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não tenha recolhido tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário. A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Controlador: Moacir Borges de Sousa - CRC 1SP244923-0-6

Grant Thornton logo and contact information for Emerson Del Vale da Silva, Contador - CRC 1SP-237.439/0-9

J&T Express Brazil Ltda. CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070. Edital de Convocação. Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a Reunião dos Sócios, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em primeira convocação no dia 22 de março de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h, para tratar da seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade; a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Corupipe, Estado de Alagoas, na Rua Izaias Araujo, nº 389, Centro, CEP 57230-000; (b) Município de Ilhéus, Estado da Bahia, na Avenida Candonga, nº 431, Conquista, CEP 45650-310; (c) Município de Itaiti, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (d) Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Moesela, nº 670, Moesela, CEP 25675-015; (e) Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Venâncio Aires, nº 304, Sala 02, Rocha, CEP 98025-375; (f) Município de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Padre Manoel Gomes Gonzales, nº 178, Sala 03, Centro, CEP 99600-000; (g) Município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Buarque de Macedo, nº 1.442, Loja 101, São Cristóvão, CEP 95320-000; (h) Município de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Maurício Cardoso, nº 1.228, Sala 01, Centro, CEP 95300-000; (i) Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, nº 3.230, Loja Térreo, São Miguel, CEP 97502-880; (j) Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 83504-392; (k) Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; (l) Município de Vçosa, Estado de Minas Gerais, na Avenida Governador Ozanan Coelho, nº 917, Galpão 02, Santo Antônio, CEP 36576-052; (m) Município de Barra do Garças, Estado do Mato Grosso, na Rua 21 de Abril, nº 421, Quadra 16, Lote 12, Campinas, CEP 78600-160; (n) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olinde Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (o) Município de Tucuruí, Estado do Pará, na Avenida Tancredo Neves, nº 550, Quadra 26, Jardim Mariluce, CEP 68459-352; e (p) Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, na Rua 244, nº 341, Sala 05, Meia Praia, CEP 88220-000. (ii) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinar em todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

SPP LTDA. CNPJ/MF 20.568.277/0001-41 - NIRE 3522852804-5. ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS QUOTISTAS. Data, hora e local. Aos 13/03/2023, às 10:00h (dez horas), na sede da SPP LTDA., localizada na Alameda Rio Negro, 503, Andar 23, Sala 2305 - Alphaville, CEP 06.454-000, na Cidade de Barueri, estado de São Paulo, nos termos da Lei 10.406/2002, com Contrato Social registrado na JUCESP sob o NIRE 3522852804-5 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.568.277/0001-41 ("Sociedade"). Quorum. Sócios representando a totalidade do capital social; compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia. Mesa. Presidente: Ricardo Figueiredo Bomeny, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 07670429-5 (IP/RJ), e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.979.327-73, Secretário da Mesa: Carlos Infante Santos dos Reis, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 100.330, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 071.715.517-09; ambos com escritório à Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 901 (parte) - Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.270-000, e (f) BFFC AP Comércio e Participações LTDA., neste ato representada por seus Diretores não sócios, Antonio José Detsi Pereira, acima qualificado, e Fabiano França de Lima, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 092700517, expedida inscrito no CPF/MF sob o nº 008.979.327-73, Secretário da Mesa, Sócios: BFFC DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA., Ricardo Figueiredo Bomeny - Antonio José Detsi Pereira, BFFC AP Comércio e Participações LTDA., Fabiano França de Lima, Antonio José Detsi Pereira.

SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 32.206.435/0001-83 - NIRE 3530012491-0. ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2022. Data, Hora e Local: Em 27 de dezembro de 2022, às 18h, por meio de videoconferência. Presenças: Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente: Patrick de Larragóiz Lucas Secretária: Barbara Ferreira Cardoso Ordem do Dia: I. Tomar conhecimento da renúncia, a partir de 26/12/2022, de Sr. Carlos Infante Santos dos Reis, em cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme carta apresentada pelo mesmo, devidamente arquivada na sede da Companhia. II. Aprovar a eleição, para o mandato em curso, que terminará em data coincidente com a primeira Reunião do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2023, em conformidade com o Edital de Convocação nº 2022, e separado judicialmente, engenheiro, identidade nº 2.936.410 (SSP/SP), CPF nº 039.286.408-87, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço na Alameda Casa Branca, nº 844/131, para o cargo vacante de membro do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. O Conselho ora eleito declara estar desimpedido na forma da Lei nº 6.402/1966 no exercício do respectivo cargo e preencher as condições previstas na Resolução CMN nº 4.970/2021, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações requeridas pela lei e pela referida resolução, as quais foram devidamente arquivadas na sede da Companhia. III. Consignar que, diante das deliberações constantes nos itens I e II acima, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: (I) Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragóiz Lucas; (II) Conselheiros: Domingos Carrell Netto e Ricardo Botas Dourado dos Santos. IV. Consignar que a remuneração global e anual dos administradores foi fixada pela Assembleia Geral Ordinária de 29.04.2022. V. Tomar conhecimento das renúncias, a partir desta data, dos membros do Comitê de Remuneração da Companhia, Srs. Patrick Antonio Claude de Larragóiz Lucas, Luiz Fernando Sanzogo Giorgi e Gabriel Portella Fagundes Filho, conforme cartas apresentadas pelos mesmos, devidamente arquivadas na sede da Companhia. VI. Aprovar a eleição, para o mandato em curso que terminará em data coincidente com a da primeira Reunião do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária de 2023, nos termos da Resolução CMN nº 3.921/2010, dos seguintes membros para o Comitê de Remuneração: (I) como Presidente: Carlos Infante Santos dos Reis e (II) Sócios de Charbonnières, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 102.058-014 (Detran/RJ) e CPF 088.680.157-57, residente e domiciliado no Reino Unido, na Cidade de Londres, na 8 Cranley Place, SW733AB e (II) como Membros: Domingos Carrell Netto, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, identidade nº 2.936.410 (SSP/SP), CPF nº 039.286.408-87, residente e domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, na Alameda Casa Branca, nº 844/131 e Ricardo Botas Dourado dos Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade nº 1214385621 (SSP/BA), CPF nº 769.899.255-15, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, RJ, com endereço profissional na Rua Beatriz Larragóiz Lucas, nº 121, Ala P. Os membros do Comitê de Remuneração acima cumpridos os requisitos exigidos pela Resolução Assembleia Geral Ordinária de 2023. Deliberações: Discutidas as matérias constantes do Edital de Convocação nº 2022, aprovadas pela unanimidade dos Conselheiros, sem quaisquer emendas ou ressalvas. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos assinada. São Paulo, 27 de dezembro de 2022. Assinaturas: Patrick de Larragóiz Lucas, Presidente; e Ricardo Botas Dourado dos Santos, Conselheiros; Barbara Ferreira Cardoso, secretária da reunião. JUCESP nº 89.512/23-6 em 06/03/2023. Secretária Geral: Gisela Sirmenia Ceshin.

Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. Companhia Fiscal - CNPJ/MF nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174. Aviso aos Acionistas. Em cumprimento ao disposto nos artigos 133 e 135, §3º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores ("LSA"), a Administração da Richard Saigh Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") comunica que os documentos a que se referem os incisos I a V do aludido artigo 133 da LSA, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) os documentos a que se referem o aludido artigo 135, §3º da LSA, sendo estes a Proposta de Aumento de Capital mediante capitalização de parte da reserva de investimentos e parte da reserva de produção e desenvolvimento, a Proposta de Consolidação do Estatuto Social da Companhia e, ainda, a ata da reunião do Conselho Fiscal realizada em 14 de março de 2023, se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na Sede da Companhia, na cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua Heloisa Pamplona, nº 842. São Caetano do Sul, 16 de março de 2023 - Christian Mattar Saigh - Diretor Presidente.

Novo Rumo Consultoria, Assessoria e Planejamento Ltda. CNPJ 03.456.885/0001-26. Edital de Convocação - Reunião de Sócios Extraordinária. Representada pelo sócio administrador David Daniel Lopes, RG nº 460.541-1 SSP/SP - CPF nº 161.136.089-72, residente na Rua Quirino de Andrade, nº 193, 3º Andar, Condição 51/32 - Centro - CEP: 01049-010, SSP/SP em terras de café, Convocar a sócia Sueli Rodrigues do Nascimento, RG nº 36.784.688-3 SSP/SP - CPF nº 351.051.918-38, residente na Rua Serra da Canastra, nº 418, Bloco 1, Apartamento 22 - Jardim Amélia - CEP: 03221-300, SSP/SP para Reunião de Sócios Extraordinária, será realizada no dia 27/03/2023, na sede da empresa, Rua Ana de Camargo Branco, nº 270, Sala 01 - Vila São Jorge - CEP: 06402-020, Barueri/SP com a finalidade de deliberar sobre: • Alteração de Endereço da Sede. São Paulo, 13 de Fevereiro de 2023. David Daniel Lopes.

Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de São Paulo. Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados deste Sindicato, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de março de 2023 às 10h00 em primeira convocação, na Av. Paulista, 1313, 10º Andar - cj. 1030 - Capital - SP, destinada a atender aos fins especificados nos Arts. 612 e 359 da CLT, e, tendo em vista a aproximação da negociação salarial dos trabalhadores representados pela Federação Independente dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, cuja data-base é 1º de Abril, bem como a apreciação da cláusula da Contribuição Assistencial Patronal, para a instauração de instância ou celebração do acordo, observa-se na 1ª ou 2ª convocação do quórum legal. São Paulo, 15 de março de 2023. Algemir Tonello - Presidente.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 91F5-D8E6-F5F7-6D4A.



BANCO FATOR S.A.
CNPJ nº 33.644.196/0001-06
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 12º andar - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		343.279	88.908
Disponibilidades	3a e 4	878	1.357
Instrumentos Financeiros		323.520	67.054
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b, 4 e 5	26.207	12.994
Títulos e Valores Mobiliários	3c e 6	294.136	31.043
Operações de Crédito	3e e 7	3.177	23.017
Outros Ativos	8	18.882	20.498
Relações Interfinanceiras		69	172
Rendas a Receber		780	1.370
Negociação e Intermediação de Valores	3f	548	483
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda		584	7.595
Despesas Antecipadas	3h	16.901	10.474

PASSIVO	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		260.632	94.410
Instrumentos Financeiros		257.191	87.879
Depósitos	3n e 11	197.184	87.879
Obrigações por Operações Compromissadas	3n e 12	60.007	-
Outras Obrigações	13	3.441	6.531
Fiscais e Previdenciárias	3o	1.281	3.380
Negociação e Intermediação de Valores	3f	355	141
Diversas		1.805	3.010
Não Circulante Exigível a Longo Prazo		163.130	182.747
Instrumentos Financeiros		160.794	180.455
Depósitos	3n e 11	160.794	180.455
Outras Obrigações	13	2.336	2.292
Provisão para Contingências	3m e 14	2.336	2.292
Patrimônio Líquido	15	279.178	289.118
Capital - De Domiciliados no País		310.013	310.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.569)	(9.050)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(27.266)	(11.845)
Total do Passivo		702.940	566.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativos são constituídos pelas aliquotas vigentes nas datas de expectativa da realização dos mesmos. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9. **p) Classificação dos Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimento ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados no não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados no não circulante independentemente do prazo de realização em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20. **q) Receitas e Despesas:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **r) Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** Em 25 de novembro de 2021 o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 4.966, que é o alinhamento dos aspectos contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) às práticas emanadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, em particular, ao que diz respeito aos pronunciamentos da IFRS9 - *Financial Instruments*. Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os possíveis impactos serão mensurados com a emissão das normas complementares pelo Banco Central e para esse estudo, o Banco Fator elaborou o plano de implementação com intuito de classificação, mensurarão, perdas esperadas e evidencição dos ativos e passivos impactados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		13.815	30.416	23.453
Operações de Crédito	3e	334	1.162	2.698
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c e 16e	13.481	29.488	24.408
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3d	-	(234)	(3.653)
Despesa da Intermediação Financeira		(17.202)	(38.395)	(34.267)
Operações de Captação no Mercado	3n e 16f	(17.470)	(38.384)	(39.984)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		268	(11)	5.717
Resultado da Intermediação Financeira		(3.387)	(7.979)	(10.814)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(16.125)	(21.017)	(38.120)
Receitas de Prestação de Serviços	16a	4.230	10.404	35.648
Despesas de Pessoal	(12.222)	(24.242)	(37.217)	(37.217)
Outras Despesas Administrativas	16b	(19.525)	(30.043)	(23.777)
Despesas Tributárias	(1.000)	(1.882)	(3.217)	(3.046)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	3i e 10	11.643	22.648	(3.046)
Outras Receitas Operacionais	16c	1.217	2.677	2.793
Outras Despesas Operacionais	16d	(468)	(579)	(9.304)
Resultado Operacional		(19.512)	(28.996)	(48.934)
Resultado não Operacional		19	(2.687)	58.097
Resultado Antes da Tributação		(22.199)	(28.217)	9.163
Imposto de Renda e Contribuição Social	3o e 9	670	12.796	(6.251)
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(968)
Provisão para Contribuição Social		-	-	(816)
Ativo Fiscal Diferido		670	12.796	4.467
Lucro Líquido (Prejuízo)		(21.529)	(15.421)	(2.912)
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		(3,39)	(2,43)	0,46

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em milhares de reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido (Prejuízo)		(21.529)	(15.421)	2.912
Outros Resultados Abrangentes		3.950	5.481	(6.989)
Ajustes ao Valor de Mercado		3.950	5.481	(6.989)
Títulos Públicos		3.861	5.010	(6.251)
Debêntures		152	378	(1.371)
Certificados de Recebíveis Imobiliários		-	355	(25)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		(63)	(262)	658
Total dos Resultados Abrangentes		(17.579)	(9.940)	(4.077)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	NOTAS	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		(29.347)	(48.564)	(49.117)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(21.529)	(15.421)	2.912
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		(7.818)	(33.143)	(52.029)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7e	(268)	11	(5.717)
Provisão/Reversão para Contingências		1.368	1.516	1.174
Depreciações e Amortizações		712	1.557	3.093
Tributos Diferidos	9b	(670)	(12.796)	4.467
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(11.643)	(22.648)	3.046
Lucro na Alienação de Ativos não Financeiros		2.683	(783)	(4.501)
Mantidos para Venda	19	-	-	(53.591)
Lucro na Alienação de Investimento		36.789	30.434	(130.889)
Atividade de Ativos e Passivos		(80.968)	(130.689)	(59.288)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários		5.683	18.711	14.958
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		4.611	(2.677)	24.969
(Redução) Aumento em Depósitos		83.845	89.644	(86.165)
(Redução) Aumento em Obrigações por Operações Compromissadas		25.010	60.007	(19.575)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		-	-	(6.752)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(1.392)	(4.562)	964
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais		7.442	(18.130)	(180.006)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	10	12.579	32.579	-
Alienação de Investimentos		-	-	59.332
Aquisição de Imobilizado de Uso		(685)	(920)	(15)
Aquisição de Intangível		(553)	(795)	(989)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento		11.341	30.864	58.328
Aumento de Capital	15a	-	-	10.000
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		-	-	-
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3a e 4	18.783	12.734	(111.678)
Início do Período		8.302	14.351	126.029
Fim do Período		27.085	27.085	14.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15) (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.013	(2.061)	9.135	288.198
Aumento de Capital - RCA 14/05/2021	10.000	-	-	10.000
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado Lucro Líquido	-	(6.989)	-	(6.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	310.013	(9.050)	(11.845)	289.118
Mutações do Período	10.000	(6.989)	2.912	5.923
Saldos em 31 de dezembro de 2022	310.013	(9.050)	(11.845)	289.118
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	5.481	-	5.481
Prejuízo	-	-	(15.421)	(15.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	310.013	(3.569)	(27.266)	279.178
Mutações do Período	5.481	(15.421)	19.940	9.940
Saldos em 30 de junho de 2022	310.013	(7.519)	(5.737)	296.757
Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	-	3.950	-	3.950
Prejuízo	-	-	(21.529)	(21.529)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	310.013	(3.569)	(27.266)	279.178
Mutações do Período	-	3.950	(21.529)	(17.579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento. As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que estas operações têm como intermediária as operações de administração e Conglomerado Fator. Em 17/11/2021 foi aprovada pelo BACEN a operação celebrada em 30 de abril de 2021, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por e entre, de um lado, como vendedor, Banco Fator S.A. legítimo titular e único proprietário de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social total e votante da Fator S.A. Corretora de Valores (Fator Corretora), e, de outro lado, como comprador, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BTG Corretora). **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.402/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.636/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução nº 4.720/19 do CMN e alterações posteriores e na Resolução BCB nº 2/20, as principais alterações implementadas foram: Balanço Patrimonial, as contas estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e os saldos estão apresentados comparativamente com os saldos do exercício social imediatamente anterior, as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas e também ocorreu a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Patrimônio Líquido e também o respectivo Resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração e, portanto, estas operações envolvem estimativas sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco e de suas empresas controladas, conforme Resolução nº 4.524/16 do CMN. As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2023. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais práticas contábeis adotadas para as demonstrações financeiras foram: **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme Resolução BCB nº 2/20, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação. **b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração: **Títulos para Negociação:** São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado menos os aumentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período; **Títulos Disponíveis para Venda:** São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários; **Títulos Mantidos até o Vencimento:** São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: **Operações com Opções:** Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; **Operações de Futuros:** O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa; **Operações de "Swap":** O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizado-se sua valorização ou desvalorização conforme segue: Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado. Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. **e) Operações de Crédito e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7. **f) Negociação e Intermediação de Valores:** Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e correções são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **g) Ativos e Passivos Mantidos para Venda:** Compostos por bens imóveis não destinados a uso recebidos em razão de pagamento, os quais são ajustados ao valor justo, quando aplicável, caso o valor justo seja inferior ao valor do ativo, a diferença é reconhecida como perda por redução ao valor recuperável do ativo. **h) Despesas Antecipadas:** Despesas Antecipadas correspondentes às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros. **i) Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **j) Imobilizado de Uso:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. **k) Intangível:** É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos, amortizados pelo prazo de licença dos softwares. **l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment":** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN. Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada separadamente, os valores dos ativos não financeiros são reavaliados, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment". **m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios: **Ativos Contingentes:** Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos Contingentes:** São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e da Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação; **Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **n) Depósitos e Obrigações por Operações Compromissadas:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As obrigações por operações compromissadas são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **o) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** As provisões para Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 25%. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	878	1.357
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)		

fator **BANCO FATOR S.A.**
CNPJ nº 33.644.196/0001-06
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 12º andar - São Paulo - SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES Fiscais e Previdenciárias	1.281	3.380		
Impostos e Contribuições a Recolher	1.281	3.380		
Negociação e Intermediação de Valores	355	141		
Credores - Conta Liquidações Pendentes	355	122		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	-	19		
Provisão para Contingências (Nota 15b)	2.336	2.292		
Diversas	1.805	3.010		
Credores Diversos - País	1.905	3.010		
Total	5.777	8.823		
Curto Prazo	3.441	6.531		
Longo Prazo	2.336	2.292		

NOTA 14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS: a) **Ativos Contingentes:** Em 31/12/2022 e 31/12/2021, o Banco não possuía ativos contingentes contabilizados. b) **Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais:** As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 2.336 (R\$ 2.292 em 31/12/2021) e estão representadas por: **Ações Cíveis:** O valor da provisão é de R\$ 25 em 31/12/2021 e refere-se a ações de caráter indenizatório; **Ações Trabalhistas:** O valor da provisão é de R\$ 2.336 (R\$ 2.292 em 31/12/2021).

Composição e Movimentação das Provisões			
	31/12/2022	31/12/2021	Total
Saldo Inicial	25	2.267	1.382
Constituição	-	1.544	1.597
Reversão	(25)	(3)	(423)
Liquidação	-	(1.472)	(264)
Saldo Final	2.336	2.292	2.336

c) **Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis:** Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Fiscais	24.918	25.500
Cíveis	60	10.734
Trabalhistas	690	3.007
Total	25.588	39.241

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital Social:** Em 31/12/2022 e 31/12/2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 6.347.684 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal. Em RCA de 14/05/2021, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 10.000 mediante a emissão de 238.656 ações, aprovado pelo Bacen em 07/06/2021. b) **Distribuição de Dividendos:** O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor. c) **Lucros ou Prejuízos Acumulados:** Em 31/12/2022, o prejuízo acumulado de R\$ 27.256 (R\$ 11.845 em 31/12/2021) permanece registrado na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NOTA 16 - DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO				
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
a) Receitas de Prestação de Serviços	4.220	10.404	35.648	35.648
Rendas de Administração e Fundos de Investimento	1.361	3.099	4.822	4.822
Rendas de Assessoria Técnica	1.164	2.581	27.362	27.362
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	1.701	2.991	2.098	2.098
Rendas de Outros Serviços	4	1.733	1.366	1.366
b) Outras Despesas Administrativas	(19.525)	(30.043)	(23.777)	(23.777)
Serviços Técnicos Especializados	(8.172)	(9.416)	(2.675)	(2.675)
Processamento de Dados	(3.184)	(7.619)	(8.785)	(8.785)
Aluguéis e Condomínio	(1.521)	(2.824)	(2.216)	(2.216)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.081)	(2.411)	(3.379)	(3.379)
Ratelo de Despesas entre Empresas	(2.279)	(2.279)	-	-
Depreciações e Amortizações	(712)	(1.557)	(3.093)	(3.093)
Outras Despesas Administrativas	(2.576)	(3.937)	(3.629)	(3.629)

DIRETORIA				
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
a) Receitas de Prestação de Serviços	4.220	10.404	35.648	35.648
Rendas de Administração e Fundos de Investimento	1.361	3.099	4.822	4.822
Rendas de Assessoria Técnica	1.164	2.581	27.362	27.362
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	1.701	2.991	2.098	2.098
Rendas de Outros Serviços	4	1.733	1.366	1.366
b) Outras Despesas Administrativas	(19.525)	(30.043)	(23.777)	(23.777)
Serviços Técnicos Especializados	(8.172)	(9.416)	(2.675)	(2.675)
Processamento de Dados	(3.184)	(7.619)	(8.785)	(8.785)
Aluguéis e Condomínio	(1.521)	(2.824)	(2.216)	(2.216)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.081)	(2.411)	(3.379)	(3.379)
Ratelo de Despesas entre Empresas	(2.279)	(2.279)	-	-
Depreciações e Amortizações	(712)	(1.557)	(3.093)	(3.093)
Outras Despesas Administrativas	(2.576)	(3.937)	(3.629)	(3.629)

CONTADOR: Gilberto Ataíde Caldeira Pereira - CRC SP - 215293/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Fator S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fator S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Fator S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício anteriores

As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de março de 2022, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

www.fator.com.br

J&T Express Brazil Ltda.
CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070

Edital de Convocação

Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da **J&T EXPRESS BRAZIL LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a **Reunião dos Sócios**, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em **primeira convocação no dia 23 de março de 2023, às 10:00h**, e em **segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h**, para tratar da seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de São Luiz de Montes Belos, Estado do Goiás, na Avenida Hermenegildo Coelho, Quadra 07, Lote 06, Setor Anhanjuru Complementar, CEP 76100-000; (b) Município de Porangatu, Estado do Goiás, na Rua 2, S/N, Quadra 1, Lote 01 A, CEP 76550-000; (c) Município de Mirassol d'Oeste, Estado do Mato Grosso, na Rua Nilma Pereira Leite, nº 1.420, Jardim Planalto II, CEP 78280-000; (d) Município de Bragança, Estado do Pará, na Rua Vila Dois Irmãos, nº 17, Quadra 07, Lote 81, Centro, CEP 68600-000; (e) Município de Serra Talhada, Estado do Pernambuco, na Rua Manoel Romão de Farias, nº 193, São Cristóvão, CEP 56909-372; (f) Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais, na Rua Leopoldo Miguel, nº 89, Loja E, Vila Domingos Lopes, CEP 36774-024; (g) Município de Iriti, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Centro, CEP 84500-009; (h) Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Venezuela Aires, nº 304, Sala 02, Rocha, CEP 98025-375; (i) Município de Iguatu, Estado do Ceará, na Avenida Doutor José Holanda Montenegro, nº 417, Veneza, CEP 63504-392; (j) Município de Sinop, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rute de Souza Silva, nº 603, Distrito Industrial, CEP 78557-515; e (k) Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, na Rua 244, nº 431, Sala 05, Meia Praia, CEP 88220-000. (l) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todas e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.

São Paulo - SP, 14 de março de 2023. **QIANG WANG** - Diretor Presidente

LDC. Louis Dreyfus Company Agrícola S.A.
CNPJ/NIF nº 12.657.869/0001-92 - NIRE 35.3.0041439-0

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 31 de Janeiro de 2023

Data, Hora e Local: Realizada em 31 de janeiro de 2023, às 8h, na sede do Louis Dreyfus Company Agrícola S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º andar, Sala 1, Jardim Paulista, CEP 01452-919. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e desta ata. **Mesa:** Presidente: Murilo Ribeiro de Castro Parada. Secretário: Leonardo Oliveira D'Elia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de novo Diretor Executivo. **Deliberações:** Instalada a assembleia, foi aprovada a lavratura desta ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculdade do Artigo 130, §1º da Lei das S.A. Após a análise da matéria constante da ordem do dia, a acionista em companhia, representando a totalidade do capital social, aprovou sem quaisquer restrições ou ressalvas a eleição do Sr. **Michel Alexandre Roy**, brasileiro naturalizado, casado, economista, portador do RG nº 38.684.4 SPP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 220.895.478-55, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º andar, Jardim Paulista, CEP 01452-919, ao cargo de Diretor Executivo da Companhia. (e) O Diretor ora eleito integrará o atual mandato da Diretoria e será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data. O termo de posse, do qual constará a declaração de desimpedimento, será lavrado em livro próprio e permanecerá arquivado na sede da Companhia para todos os fins e efeitos de direito, na forma do Artigo 149 da Lei das S.A. (b) Em razão das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros, com mandato iniciado até 12 de maio de 2023: Srs. **Murilo Ribeiro de Castro Parada** (Diretor Presidente), **Leonardo Oliveira D'Elia** (Diretor Financeiro), **Jorge Alexandre Mangussi da Costa** (Diretor de Operações), **Henrique Donati Smitcovski** (Diretor Executivo) e **Michel Alexandre Roy** (Diretor Executivo). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a assembleia, da qual lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 31 de janeiro de 2023. **Assinaturas:** Mesa: Murilo Ribeiro de Castro Parada - Presidente, Leonardo Oliveira D'Elia - Secretário, Acionista: Louisa Carolina Suman Sucos S.A. (Murilo Ribeiro de Castro Parada - Diretor Presidente; Leonardo Oliveira D'Elia - Diretor Financeiro). Esta certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Murilo Ribeiro de Castro Parada - Presidente; Leonardo Oliveira D'Elia - Secretário. **JUCESP** nº 76.227/23-6 em 17/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BANCO BESA S.A.
CNPJ/ME nº 15.124.464/0011-59

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe A de emissão do Banco BESA S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 06 de abril de 2023, às 10h00 horas, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 1º andar, Torre 3, Vila Nova Conceição, para analisar e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i). Aprovar, nos termos do artigo 4º, §5º da Lei das S.A., o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após a conclusão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão do BESA ("OPB"), cujo leilão foi realizado em 13 de março de 2022, e o registro de emissão de ações ordinárias de emissão do BESA em 10 de março de 2022; e (ii). Autorizar a administração da Companhia para praticar todos os atos necessários e assinar todos os documentos necessários à efetivação e implementação da deliberação acima.

Informações Gerais: 1. Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares das ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos. 2. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe A de emissão da Companhia poderão participar da Assembleia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira escrituradora das ações - Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Escriturador"), e portando os seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos(s) representante(s) legal(is); e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos(s) representante(s) legal(is). 3. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e a integridade do documento e dos signatários. 4. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM R/2014/3578, j. 4.11.2014). 5. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso em falta de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos. 6. Nos termos do artigo 135, § 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.economico.com.br), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 16 de março de 2023. **BANCO BESA S.A.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - 9ª VARA DA FAMÍLIA - Prata José Menes de Almeida nº 51.915.717, Tel. (11) 335.6567, Centro - CEP 01501-970, Fone: (11) 3538-9545, São Paulo-SP. E-mail: sp9fam@tjsp.jus.br - SENTENÇA - Reclamação: 1008746-56.2022.8.26.0004 - Interdição/Curatela - Data da Audiência: Data e Hora da Audiência Selecionada << Informação indisponível >> - Requerente: Maria Angelica da Silva Mello Kubric e outro - Requerido: Helena Junqueira da Silva Mello - Vistos: MASMK e MIMMF apresentaram pedido de INTERDIÇÃO de sua mãe HJSM alegando, em síntese, ser ela incapaz para os atos da vida civil em decorrência de sua elevada idade e consequente senilidade, impossibilidade de gerir seus negócios e reger sua própria pessoa, sobção esta sem condições de recuperação. Processado o pedido, citada, a defesa foi apresentada por curador especial (folhas 73/79). O Ministério Público opinou pela procedência do pedido. É o relatório. **Decido.** A incapacidade está comprovada pelo laudo apresentado às folhas 109/115, no qual a perita concluiu ser ela incapaz para os atos da vida por apresentar demência não especificada, F03 pela CID 10. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO** para declarar a incapacidade para os atos da vida civil, de natureza patrimonial e negocial, de HJSM, CPF 22404547875, RG 1.435.749-5, viúva, brasileira, aposentada, nascida em 16 de julho de 1923, filha de S.T.S. e M.A.J.S., portadora de demência não especificada, F03 pela CID 10. Nome curador MASMK, CPF 421.955.198-00, RG 3.997.609-9, brasileira, casada, pedagoga, mediante compromisso. Diante da existência de bens e rendimentos em nome da interditada, determino a prestação de contas pela curadora, de forma anual, em autos apartados. Serve esta sentença como mandado para registro da interdição no Cartório de Registro Civil do Subdistrito competente, para que o Oficial da Unidade de Registro Civil das Pessoas Naturais competente proceda ao seu cumprimento. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, serve o dispositivo da presente sentença como edital, a ser publicada por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de dez dias, uma vez na imprensa local, na rede mundial de computadores (no site deste Tribunal de Justiça) e na plataforma do Conselho Nacional de Justiça. A publicação na imprensa local deve ser providenciada pelo curador, após certificado o trânsito em julgado, no prazo máximo de quinze dias, comprovando nos autos, sob pena de destituição e responsabilização pessoal. Caso a parte tenha sido beneficiada com a gratuidade judicial, a publicação na imprensa local fica dispensada, nos termos do artigo 98, inciso III, do Código de Processo Civil. A publicação na rede mundial de computadores ocorre com a mera confirmação da movimentação desta sentença, publicada no portal e-SAJ do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Finalmente, a publicação na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça fica dispensada enquanto não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Certificado o trânsito em julgado, anote-se o necessário, bem como encaminhe-se à Justiça Eleitoral informações relativas à incapacidade civil, absoluta, nos termos do artigo 15, Incisos II e V, da Constituição Federal, fazendo-o de modo preciso e completo, delaz fazendo constar a qualificação completa do envolvido, sua data de nascimento e o nome completo dos genitores, a fim de que sejam feitas as devidas anotações de suspensão dos direitos políticos para o respectivo eleitor, em cumprimento ao Código Eleitoral, art. 145/24/2007. **Será o presente julgado digitalizado, como termo de compromisso e certidão de curatela definitiva,** válida por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do curador, para todos os fins legais à luz do artigo 759, I, do Código de Processo Civil. Deverá o curador imprimir-lhe diretamente no portal e-SAJ do Tribunal de Justiça, sem necessidade de comparecimento em cartório. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Oportunamente, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se, registre-se e intime-se. De-se ciência ao Ministério Público. São Paulo, 31 de janeiro de 2023. José Walter Cardoso Juez da Direita. Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE WALTER CARDOSO CARDOSO, liberado nos autos em 02/02/2023 às 14:25. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1008746-56.2022.8.26.0004 e código EB569E0.

Comunicado

Serve a presente para dar ciência ao funcionário JULIANA DA SILVA BASTOS da aplicação de demissão por justa causa na data de 16/03/2023, nos termos do artigo 482 da CLT, por configuração de desídia no desempenho de suas funções, em desacordo com as obrigações assumidas em seu contrato de trabalho, legislação trabalhista vigente, o Código de Ética e regras internas da Rede D'Oy São Luiz, conforme demonstrado na retificação de falhas e atrasos injustificados e nas medidas disciplinares aplicadas anteriormente.

CLUBE ESPORTIVO HELVETIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CLUBE ESPORTIVO HELVETIA
DIA 02 DE ABRIL DE 2023 - DOMINGO ÀS 09:00 HORAS EM PRIMEIRA CHAMADA E ÀS 10:00 HORAS EM SEGUNDA CHAMADA

Prezado Associado, Em conformidade com o art. 40, I do Estatuto Social do Clube Esportivo Helvetia, fica V. Sas, convocado a participar da Assembleia Geral Ordinária do Clube Esportivo Helvetia, em sua sede social na Avenida Indianópolis, 3145 - Planalto Paulista - SP, onde será realizada no dia 02 de abril de 2023, às 09:00 horas em primeira convocação ou às 10:00 horas em segunda convocação, quando se observará a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia Anterior; 2) Aprovação das contas relativas ao exercício de 2022; 3) Assuntos diversos de interesse do Clube. Convocamos a presença de todos os associados com direito de voto e em dia com as mensalidades do clube. Atenciosamente,
Fidelino Ribeiro Homem - Presidente do Conselho Deliberativo

Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de São Paulo, Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. Pelo presente edital ficam convocados todos os associados deste Sindicato, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de março de 2023 às 10h00 em primeira convocação, na Av. Paulista, 1313, 10º andar - cj. 1030 - Capital - SP, destinada a atender aos fins especificados nos Arts. 612 e 359 da CLT e tendo em vista a aproximação da negociação salarial dos trabalhadores representados pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, cuja data-base é 1º de Abril, bem como a apreciação da cláusula da Contribuição Assistencial Patronal, para a instauração de instância ou celebração do acordo, observa-se no 1º ou 2º convocação do quórum legal. São Paulo, 15 de março de 2023. **Algemir Tonello** - Presidente.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

NOVO CURRÍCULO

Ato de estudantes pede revogação do novo ensino médio em São Paulo

Organizações estudantis fizeram na quarta-feira (15) um ato pedindo a revogação do novo ensino médio. A lei de 2017 estabeleceu um novo currículo que passou a ser implementado obrigatoriamente em 2022. Estudantes e professores se reuniram pela manhã na Avenida Paulista, em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp) e saíram em passeata em direção à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Do carro de som foram chamadas palavras de ordem, pedindo a revogação do novo currículo que reduz a obrigatoriedade de algumas disciplinas e cria itinerários, que permitem que os alunos se

aprofundem nos temas de interesse. Entre as opções, está a ênfase em linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou no ensino técnico. A oferta de itinerários, entretanto, depende da capacidade das redes de ensino e das escolas.

Com faixas e cartazes, os estudantes criticaram as mudanças, que veem como um esvaziamento do ensino que, entre outros problemas, os deixa menos preparados para ingressar nas universidades públicas.

“Como a gente vai se preparar para a universidade, para o vestibular, para o mercado de trabalho se a gente está preocupado em fazer bri-

gadeiro? Enquanto as escolas particulares estão preparando para pegarem as melhores vagas das universidades”, criticou a estudante do 2º ano do ensino médio, Júlia Oliveira.

A jovem de 17 anos, que também faz parte da diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, reivindica que uma nova base curricular seja feita a partir de um debate amplo. “A gente sabe que o ensino médio anterior, antes dessa reforma, não era lá essas coisas. Todo mundo reclamava. Com certeza, um novo ensino médio de qualidade deveria ser feito com diálogo com os alunos, com a Secretaria

de Educação, os professores, quem está no dia a dia da escola. Deviam ter aulas mais dinâmicas, conteúdos precisos sobre o vestibular e sobre o cotidiano de fato”, diz.

Moradora de Osasco, na Grande São Paulo, Sofia Almeida, de 17 anos afirma que já percebe os impactos negativos das mudanças no ensino. “A gente sente o quanto isso afeta a gente no cotidiano. Principalmente a gente que vem de escola pública”, ressalta. Para ela, os conteúdos agora são oferecidos “muito por cima”, sem o aprofundamento necessário. “A gente perdeu um monte de matérias. Não temos mais biologia, sociologia, e isso vai

respingar muito nos vestibulares, com certeza”, acrescenta.

Para o professor de geografia Alex Guedes, o novo ensino médio reduz os horizontes dos estudantes. “Essa contrarreforma veio no sentido de tornar o ensino ainda mais precário, ainda mais técnico, não dando possibilidade do desenvolvimento dos estudantes, de pensamento crítico e de transformação social”, diz.

O ato chegou em frente

a Alesp após caminhar pela Avenida Paulista e descer a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio. No local, policiais militares fizeram algumas revisitas pessoais em pessoas que estavam com mochilas. Um rapaz foi detido e encaminhado à delegacia após uma pedra ter sido encontrada no bolso da calça dele. Segundo o tenente Artilha, do 12º Batalhão da Polícia Militar, a pedra poderia ser usada contra os policiais e o rapaz foi levado ao 27º Distrito Policial, do Campo Belo.

Infracomerc CXAAS S.A.

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.30057361
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Infracomerc CXAAS S.A. (“Companhia”) convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para participarem da Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia”) que será realizada às 14h00 do dia 5 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings (“Plataforma Digital”), a fim de apreciar e deliberar sobre os itens da Ordem do Dia descritos neste Edital. 1. Considerações sobre a Ordem do Dia. A Assembleia está convocada no contexto do evento de fato relevante de fato relevante divulgado pela Companhia em 9 de janeiro de 2023, por meio do qual foram divulgadas informações sobre a aquisição pela Companhia, por meio de determinadas operações, da Ecomsur Holding SpA (“Ecomsur”), atual razão social da Ecomsur Holding S.A., sociedade constituída e sediada no Chile. Dessa maneira, os principais itens da Ordem do Dia se relacionam com o Master Agreement, celebrado em 6 de janeiro de 2023 (“Contrato Ecomsur”), por e entre Inversiones Galilea S.A. (“Inversiones”), IG-Ventures S.A. (“IG”), EZ Ventures SpA (“EZ”), Ignite Ops Holding, LLC (“Ignite”) e Pablo Andres Basso Gonzalez (“Pablo”), em conjunto com Inversiones, IG, EZ e Ignite, os “Vendedores”, a Companhia, New Retail Limited (“New Retail”), Tegalu Holding Corp. (“Tegalu”), Rio Verde Assets Limited (“Rio Verde”), Freedom Capital Group Limited (“Freedom”), Tenota Limited (“Tenota”), Fabian Spadone (“Fabian”), Corporation Crup S.A. (“Crup”), Innovaq S.A. (“Innovaq”), Jose Maria Beltrami (“Jose Maria”), e, ainda, na qualidade de interveniente, Ecomsur. O Contrato Ecomsur estabelece os termos e condições por meio dos quais ocorrerá a combinação dos negócios e operações da Ecomsur e da Companhia na América Latina (“Transação Ecomsur”), sendo tal Transação Ecomsur implementada, no âmbito da Companhia, pela incorporação da Ecomsur pela Companhia, com o respectivo aumento de capital da Companhia, que se tornará detentora (a) do controle da entidade da Ecomsur situada no Chile; (b) de todas as ações, menos uma, de suas subsidiárias situadas no Peru e México; e (c) da integralidade do capital social de suas subsidiárias situadas na Colômbia e Panamá. A conclusão da Transação Ecomsur está condicionada à verificação dos atos de fechamento e das condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo, sem limitação a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da Incorporação Ecomsur, conforme descrita no Contrato Ecomsur; no “Protocolo e Justificação da Incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracomerc CXAAS S.A.” e no Manual para participação da Assembleia, que inclui a proposta da Administração para os temas a serem deliberados, disponíveis para consulta conforme indicado neste Edital de Convocação (“Condições Suspensivas Ecomsur”). Adicionalmente aos temas mencionados acima, a Incorporação da Companhia também negociou outra transação no âmbito do Stock Purchase Agreement (“Contrato NewCo”), celebrado por e entre Tegalu Holding Corp. (“Tegalu”), Rio Verde Assets Limited (“Rio Verde”), Freedom Capital Group Limited (“Freedom”), Tenota Limited (“Tenota”), Fabian Spadone (“Fabian”), Corporation Crup S.A. (“Crup”), Innovaq S.A. (“Innovaq”), Jose Maria Beltrami (“Jose Maria”) e, em conjunto com Tegalu, Rio Verde, Freedom, Tenota, Fabian, Crup e Innovaq, “Acionistas NewCo” e a Companhia. O Contrato NewCo estabelece os termos e condições por meio dos quais será realizada operação que objetiva consolidar o controle da Companhia em uma única entidade, a ser denominada Infracomerc CXAAS S.A. (“Infracomerc”), por meio da incorporação da Ecomsur Holding SpA pela Infracomerc CXAAS S.A., celebrado em 14 de março de 2023 (“Protocolo e Justificação Ecomsur”), pelos administradores da Companhia e da Ecomsur, que contém todos os termos e condições da incorporação da Ecomsur pela Companhia (“Incorporação Ecomsur”); (ii) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. (“Avaliadora Ecomsur”) responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da Ecomsur a ser incorporado pela Companhia (“Laudo de Avaliação Ecomsur”); (iii) aprovação do Laudo de Avaliação Ecomsur elaborado pela Avaliadora Ecomsur; (iv) aprovação da Incorporação Ecomsur, nos termos e condições do Protocolo e Justificação Ecomsur e o consequente aumento do capital social da Companhia; (v) aprovação do “Protocolo e Justificação da Incorporação da New Omnichean Ltd. pela Infracomerc CXAAS S.A.”, celebrado em 14 de março de 2023 (“Protocolo e Justificação NewCo”), pelos administradores da Companhia e da NewCo, que contém todos os termos e condições da incorporação da NewCo pela Companhia (“Incorporação NewCo”); (vi) ratificar a nomeação e contratação da empresa especializada Externa Contabilidade Ltda. (“Avaliadora NewCo”) responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, do patrimônio líquido da NewCo a ser incorporado pela Companhia (“Laudo de Avaliação NewCo”); (vii) aprovação do Laudo de Avaliação NewCo elaborado pela Avaliadora NewCo; (viii) aprovação da Incorporação NewCo, nos termos e condições do Protocolo e Justificação NewCo e o consequente aumento do capital social da Companhia; (ix) aprovação da alteração do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento de capital social da Companhia decorrente da incorporação da NewCo; (x) aprovação do Item (iv) da Ordem do Dia e o consequente aumento do capital social da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (xi) aprovação da autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações aprovadas, nos termos da legislação vigente, incluindo, mas não se limitando, condicionado ao implement das respectivas Condições Suspensivas Ecomsur e Condições Suspensivas NewCo, a implementação da Incorporação Ecomsur e da Incorporação NewCo, respectivamente, bem como a emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia em decorrência da(s) incorporação(ões) aprovada(s). A Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (i) a (iv) acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (i) a (iv) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (v) a (viii) da Ordem do Dia ou não sejam aprovadas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as condições previstas no Protocolo e Justificação Ecomsur, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (i) a (iv) eventualmente aprovadas na AGE produzirão efeitos. Adicionalmente, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas Ecomsur constantes do Contrato Ecomsur celebrado e descrito no fato relevante de 9 de janeiro de 2023. Da mesma maneira, a Companhia ressalta que as propostas de deliberação descritas nos itens (v) a (viii) acima, nos termos do edital de convocação, são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações indicadas nos itens (v) a (viii) acima não terá eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham sido aprovadas. Dessa forma, caso a AGE rejeite qualquer das matérias constantes dos itens (v) a (viii) da Ordem do Dia ou não sejam aprovadas as aprovações societárias ou não sejam satisfeitas as condições previstas no Protocolo e Justificação NewCo, nenhuma das demais matérias constantes dos itens (v) a (viii) eventualmente aprovadas na AGE produzirão efeitos. Adicionalmente, a eficácia integral das deliberações está também sujeita à satisfação ou renúncia (quando aplicáveis) de todas as Condições Suspensivas NewCo constantes do Contrato NewCo. Independência das Operações. Esclarece-se que a Incorporação Ecomsur e a Incorporação NewCo são operações autônomas entre si, e a aprovação e efetivação de cada uma delas ocorrerá de forma independente da aprovação e efetivação da outra. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., com relação aos itens “v” a “x” da Ordem do Dia, a Assembleia será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem 1/4 (um quarto), no mínimo, do capital social votante da Companhia. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., com relação ao item “x” da Ordem do Dia, para a instalação da Assembleia em primeira convocação será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto da Companhia. Caso não se atinja algum dos referidos quóruns de instalação para a deliberação das respectivas matérias acima, proceder-se-á à instalação da Assembleia apenas com relação às matérias para as quais se verificou o quórum de instalação e proceder-se-á a nova convocação, por meio da publicação de novo Edital de Convocação, para as demais matérias, anunciando a nova data para realização da Assembleia para o(s) respectivo(s) tema(s) em segunda convocação, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, sendo a Assembleia instalada mediante a presença de qualquer número de acionistas. 3. Instruções Gerais. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Companhia, a partir desta data, na forma prevista na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81, na sede social da Infracomerc, no site de Infracomerc com investidores da Companhia (https://infracomerc.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (http://www.b3.com.br); (ii) as cópias das publicações deste Edital de Convocação, (iii) o Manual, contendo a Proposta da Administração para a Ordem do Dia da Assembleia, contemplando seus anexos, incluindo (a) o Protocolo e Justificação Ecomsur e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação Ecomsur; (b) o Protocolo e Justificação NewCo e seus anexos, dentre os quais o Laudo de Avaliação NewCo; (c) os principais termos da Transação Ecomsur; (d) os principais termos da Transação NewCo; e (e) as informações do Anexo I da Resolução CVM 81 para a Incorporação Ecomsur e para a Incorporação NewCo. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do Colegiado da CVM no processo CVM FL2014/378, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; e (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal e procurador devidamente constituído, nos termos descritos acima, bem como no Manual da Assembleia. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, a Plataforma Eletrônica disponibilizada pela Companhia assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A Companhia esclarece que dispensará a assinatura eletrônica de todos os documentos de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o website da Plataforma Digital (www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta/71d-DD5F54B49C) no qual devem preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 3 de abril de 2023, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 8

SESSÃO SOLENE

Com posse de 94 parlamentares,
Alesp dá início à 20ª Legislatura

Do total dos parlamentares que compõem a legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 55 são reeleitos, ou seja, já estavam na anterior e foram reconduzidos ao cargo. Outros 32 estreiam no posto

A 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo teve início nesta quarta-feira (15), com a posse dos 94 parlamentares escolhidos para representar população paulista nos próximos quatro anos. A sessão solene preparatória dos trabalhos foi realizada no Plenário Juscelino Kubistchek, na sede da Alesp. Na ocasião, cada deputado e deputada prestou seu compromisso com o mandato, prometendo cumprir o que está previsto na Constituição.

Do total dos parlamentares que compõem essa nova legislatura, 55 são reeleitos, ou seja, já estavam na anterior e foram reconduzidos ao cargo. Outros 32 assumem o posto pela primeira vez, defendendo diferentes causas e regiões do Estado. Os sete deputados e deputadas restantes estão voltando à Casa de Leis depois de já terem assumido o posto em algum momento histórico

e ter ficado de fora na última legislatura.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, acompanhou o momento. Na ocasião, como é de praxe, fez a entrega do documento mensagem sobre a situação do Estado de São Paulo em diversas áreas. Em seu pronunciamento, parabenizou os empossados e disse esperar por parcerias entre o Executivo e Legislativo.

“São muitos os desafios e eu tenho certeza de que esta Casa será instrumento para a conquista, para a construção de políticas públicas de qualidade. Esperem do Governo do Estado de São Paulo uma postura de diálogo. O Governo vai estar sempre preocupado em promover o desenvolvimento, em promover a dignidade das pessoas. Entendemos que o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa caminharão juntos, promoverão política pública de qualidade juntos”, discursou Tarcísio.

O evento

A sessão solene foi aberta



A sessão solene de abertura dos trabalhos contou com a participação do governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas

e presidida por Carlão Pignatari (PSDB), que esteve à frente do órgão nos últimos dois anos e foi reconduzido ao cargo de deputado novamente. Ele aproveitou o momento para agradecer a parceria dos parlamentares no último biênio. “Conduzimos com a maior tranquilidade a Assembleia Legislativa de São

Paulo. Então, quero agradecer a todos”, disse.

O 1º secretário da 19ª Legislatura, Luiz Fernando Teixeira (PT), secretariou os trabalhos, contando com a ajuda do 2º secretário, Rogério Nogueira (PSDB). Também compôs a Mesa Diretiva da sessão, além do governador e deputados, o presidente da

Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Wanderley José Federighi.

Para formalizar o início da legislatura, conforme está previsto na Constituição Estadual e no Regimento Interno da Alesp, Pignatari, representando todos os parlamentares, prestou o seguinte com-

promisso: “Prometo fielmente desempenhar o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de São Paulo, dentro das normas constitucionais”.

Em seguida, fez a chamada nominal de cada um dos parlamentares presentes, que foram até o microfone e responderam “Assim o prometo”. Finalizada essa etapa, todos foram considerados empossados. Antes, porém, cada deputado ou deputada precisou entregar o diploma recebido pela Justiça Eleitoral, que confirma as condições para exercer o mandato, e a sua declaração de bens. Esses procedimentos também estão previstos na Legislação.

A cerimônia de posse teve início às 15h e durou cerca uma hora. Além dos novos parlamentares, o Plenário recebeu autoridades públicas, familiares e amigos dos empossados e profissionais da imprensa. O evento foi transmitido em tempo real pela TV Rede Alesp, pelo canal do órgão no YouTube e pelas redes sociais.

CAÇADOR DE ESMERALDAS

Metrô de SP muda nome de
estação de educador Paulo
Freire para Fernão Dias

A futura estação Paulo Freire, prevista para a expansão da Linha 2-Verde do Metrô de São Paulo, deverá receber o nome do bandeirante Fernão Dias, que ficou conhecido na história do Brasil como “Caçador de Esmeraldas” e praticante da escravização indígena no século 17.

A Companhia do Metropolitan de São Paulo (Metrô), que vinha se referindo à estação com o nome do educador Paulo Freire em comunicados oficiais, afirma que a escolha por Fernão Dias foi definida ainda em 2022, por meio de uma pesquisa de opinião feita com moradores do local onde a estação vai funcionar - na Avenida Educador Paulo Freire, na zona norte de São Paulo, e próxima da Rodovia Fernão Dias.

A enquete, segundo a companhia, terminou com 57% da preferência para Fernão Dias, 29% para Paulo Freire e 14% para o nome Parque Novo Mundo.

“O Metrô esclarece que o processo de escolha dos nomes de futuras estações é realizado a partir de critérios técnicos, relacionados à localização do futuro equipamento e características que facilitem a identificação dos usuários”, disse a companhia por meio de nota.

“Para isso”, completou o órgão, “é realizada uma análise toponímia dos locais, além de uma pesquisa de opinião com critérios e metodologias padronizadas. Para a estação em questão, todo esse processo foi conclu-

ido em 2022 ainda sob a gestão anterior”.

A reportagem questionou o Metrô sobre a quantidade de pessoas que participaram da enquete e também quanto tempo a pesquisa ficou disponível para ser respondida. Outro questionamento feito foi sobre os motivos de a companhia ter, em diferentes oportunidades, se referido à estação com o nome do Paulo Freire antes de fazer a consulta popular. Porém, a empresa não retornou até a publicação deste texto.

A vereadora do PSOL Jussara Basso entrou com uma representação no Ministério Público de São Paulo (MP-SP) para barrar a mudança.

“Nós não aceitamos mais esse tipo de homenagem; representações que não representam a maioria da população brasileira; a maioria é originária, é indígena, é afro-brasileira, é afrodescendente”, disse a parlamentar em um vídeo publicado em suas redes sociais pouco depois de protocolar uma denúncia ao MP.

Por ter se mostrado simpático e inclinado aos ideias de esquerda quando era vivo - e crítico do regime militar -, Paulo Freire costuma ser atacado por aliados e simpatizantes do ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Nós precisamos que nossos ídolos sejam homenageados. A rua precisa se chamar Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, entre tantos outros que temos”, afirmou Jussara. “Não queremos mais nomes de ruas, nomes de estação, linhas de ônibus

homenageando bandeirantes.”

Fernão Dias foi conhecido como Caçador de Esmeraldas pela busca por pedras e minerais valiosos durante suas expedições pelo interior do Brasil. Para realizar suas atividades como bandeirante, se dedicava à exploração e escravização indígena, contrariando os desejos dos jesuítas que se aproximavam dos povos originários, na época, para catequização e ampliação da religião católica.

Patrono da educação brasileira, o pernambucano Paulo Freire é referência mundial na área da educação por sua obra e metodologia de ensino, sobretudo na atividade de alfabetização. Foi perseguido na Ditadura Militar e se exilou no Chile, onde escreveu uma de suas mais notórias obras, a Pedagogia do Oprimido, em 1968.

Antes de retornar ao Brasil em 1980 - após 16 anos exilado -, Paulo Freire deu aulas em Harvard, nos Estados Unidos, e foi consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, na Suíça. Em São Paulo, foi nomeado secretário de Educação do município, em 1989, na gestão da então prefeita Luiza Erundina.

Antes de morrer, aos 76 anos, Paulo Freire recebeu inúmeros prêmios, condecorações e reconhecimento pela sua contribuição para a educação. Ele foi homenageado com o título de doutor Honoris Causa por 27 universidades diferentes no mundo.

Leads Companhia Securitizadora

CNPJ nº 21.414.457/0001-12 - NIRE 35.300.508.173

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Março de 2023

1. **Data, Hora e Local da Reunião:** Realizada aos 10 (dez) dias do mês de março de 2023, às 10 horas, na sede social da Leads Companhia Securitizadora (“Companhia”), situada na Rua Iguatemi, nº 192, conjunto 204, Bairro Itaim Bibi, CEP 01451-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Convocação e Presenças:** Convocação dispensada nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa:** Julia Grasiela de Oliveira Freixo - Presidente; Marcelo Martins Pais - Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) (“Debêntures”); para distribuição privada (“Emissão”); (II) a constituição da Cessão Fiduciária, (conforme definida a seguir) em favor da **Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 17º andar, conjunto 1702, Itaim Bibi, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME nº 07.829.992/0001-86, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente); e (III) a autorização expressa para que a diretoria e os representantes legais da Emissora pratiquem todos e quaisquer atos, negociem as condições finais e tomem todas e quaisquer providências e adotem todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE da Emissora para emissão das Debêntures, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão e à Colocação Privada, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e a quaisquer aditamentos, se necessário; (b) formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviços eventualmente necessários à implementação da Emissão e à Colocação Privada podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários; (iv) ratificar todos os atos já praticados com relação às deliberações acima. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia e discutidas as matérias da Ordem do Dia, a totalidade dos acionistas da Companhia decidiu, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou reservas, o quanto segue: 5.1. Aprovar a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, para colocação privada, bem como as principais características e condições da Emissão, a serem reguladas por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Privada, da Leads Companhia Securitizadora” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme definido a seguir), quais sejam: (i) Número da Emissão. A 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia. (ii) Número de Séries. A Emissão será realizada em série única. (iii) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) (“Valor Total da Emissão”). (iv) Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures. (v) Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”). (vi) Data de Emissão. A data de emissão das Debêntures será aquela estabelecida na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”). (vii) Destinação dos Recursos. Os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão (“Recursos da Integralização”) serão utilizados para a aquisição, por parte da Emissora, de direitos creditórios, no valor máximo de R\$655.650.866,64 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) (“Direitos Creditórios”). (viii) Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão colocadas de forma privada, sob responsabilidade exclusiva da Emissora, de modo que os pagamentos dos valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão realizados de forma privada, conforme for acordado entre a Emissora e os titulares das Debêntures (“Debenturistas”), na data de cada evento de pagamento pela Emissora e nos termos da Escritura de Emissão. (ix) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 1849 (mil oitocentos e quarenta e nove) dias a contar da Data de Emissão (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme previstas na Escritura de Emissão. (x) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelares, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 (“B3”), será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (xi) Espécie. As Debêntures serão da espécie quirográfrica e serão automaticamente convoladas na espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações, quando da constituição da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definida). (xii) Conversibilidade. As Debêntures serão simples e, portanto, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. (xiii) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas a vista, em moeda corrente nacional e/ou em créditos de outros contra a Emissão, no ato da subscrição em uma única data (“Data de Subscrição e Integralização”), pelo Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, mediante crédito do respectivo valor na Conta Autorizada em nome da Escritura de Emissão. (xiv) Registro em nome do Debenturista. As Debêntures poderão ser registradas em nome do titular no CETIP 2 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, para liquidação finalizada com a fórmula de pagamento por meio da B3. (xv) Amortização Ordinária. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento (“Amortização Ordinária”). (xvi) Amortização Extraordinária Obrigatória. A Emissora deverá, obrigatoriamente, sempre nos dias 31 de março e 30 de setembro de cada ano, a partir de 30 de setembro de 2023 (inclusive), observar a ordem de pagamentos prevista na Escritura de Emissão, utilizar os recursos disponíveis na Conta Autorizada para amortizar o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (“Amortização Extraordinária Obrigatória”). (xvii) Remuneração das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 180% (cento e oitenta por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-prço”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI” e “Remuneração”, respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, na data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de inadimplemento, o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (xviii) Pagamento da Remuneração. Nos termos previstos na Escritura de Emissão, o pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito sempre nos dias 31 de março e 30 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 30 de setembro de 2023 (inclusive) e o último na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Companhia aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3, considerando a custódia eletrônica das Debêntures na B3. (xix) Repetição Programa. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (xx) Resgate Antecipado Facultativo Total. A qualquer tempo a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sem que seja devido qualquer prêmio (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado será operacionalizado de acordo com o procedimento previsto na Escritura de Emissão. (xxi) Amortização Extraordinária Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, amortizar extraordinariamente as Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, sem pagamento de qualquer prêmio (“Amortização Extraordinária Facultativa”). A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada de acordo com o procedimento previsto na Escritura de Emissão. (xxii) Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia devendo considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Companhia, mediante envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures acrescidas da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão. 5.2. Aprovar a constituição da Cessão Fiduciária em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme previstas no item 5.1, subitem (xxv) acima. 5.3. Em razão das deliberações acima, autorizar expressamente para que a diretoria e os representantes legais da Emissora pratiquem todos e quaisquer atos, negociem as condições finais e tomem todas e quaisquer providências e adotem todas as medidas necessárias à: (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE da Emissora para emissão das Debêntures, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão e à Colocação Privada, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, ao Contrato de Cessão Fiduciária e a quaisquer aditamentos, se necessário; (b) formalização e efetivação da contratação dos prestadores de serviços eventualmente necessários à implementação da Emissão e à Colocação Privada podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações, bem como fixar-lhes honorários; (iv) ratificar todos os atos já praticados com relação às deliberações acima. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pela Presidente - Julia Grasiela de Oliveira Freixo - e pelo Secretário - Marcelo Martins Pais. Esta ata produz efeitos para todas as Partes a partir da data nela indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. São Paulo, 10 de março de 2023. Mesa: Julia Grasiela de Oliveira Freixo - Presidente; Marcelo Martins Pais - Secretário.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Comunicados
- Avisos
- Editais
- Balanços
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/91F9-D86E-F57F-6D4A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 91F9-D86E-F57F-6D4A



Hash do Documento

690A2E9FEA27EC4D27ACD6D2ED0A4FFEBF33125E39A94F49C3E580BED0D893EF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
15/03/2023 22:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

